



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXX, Nº 2

Junho 2017

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos

(a.laureano@netcabo.pt)

Redactores

José Manuel Lopes dos Santos – José Augusto Simões – Ana Maria Felix

Conselho Científico

Walter Osswald

Henrique Vilaça Ramos

José E. Pitta Grós Dias

Levi Guerra

Lesseps L. dos Reys

Daniel Serrão

José Pinto Mendes

Número de Identificação: 501 983 589

ISSN – 0870 – 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef.: 222 073 610

Secretária: Luísa Sá – Telm.: 924 488 589

www.medicoscaticos.pt – e-mail: medicoscaticos.pt@gmail.com

Execução Gráfica: ORGAL Impressores – Tiragem: 750 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: Pedro Afonso

Vice-Presidente: José Diogo Martins

Secretário: Luís Mascarenhas

Tesoureiro: Catarina Callé Mendes

Vogais: Margarida Neto

João Paulo Malta

Teresa Souto Moura

Assistente: P. Miguel Cabral

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Beja: Edmundo Bragança de Sá

Coimbra: José Augusto Simões

Faro: Santos Matos

Guarda: Victor Santos

Lisboa: Margarida Neto

Portalegre/Castelo Branco: Isabel Marques Jorge

Porto: Alice Menezes

Santarém: Eva Palha

Vila Real: Maria Goretti Rodrigues

Viseu: João Morgado

Por decisão da Direcção, «Acção Médica» não obriga os autores a seguirem o Acordo Ortográfico

SUMÁRIO

ABERTURA:	
Alexandre Laureano SANTOS	5
Bioética versus antropologia	
Bernard ARS	7
A relação humana	
J. BOLÉO-TOMÉ	13
A doutrina social da Igreja	
Pedro Vaz PATTO	49
Multiculturalismo	
Aires GAMEIRO	65
A PALAVRA DO PAPA: Sobre o sofrimento	67
PARA PENSAR	
O que salva – Carlos A. ROCHA	71
CARTA DO PRESIDENTE	73
DESPEDIDA	75
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	
• Definição de matrimónio; • Sexo livre na Catalunha; • Nova Direcção Nacional; • Novo núcleo da AMCP em Santarém: «Acção Médica» há 50 anos (Walter Osswald).	77
RESUMOS	85
ABSTRACTS	87

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano

37,50 €

Não Associados:

Portugal

 Um ano (4 números)

20,00 €

 Avulso

5,00 €

Estrangeiro

 Acrescem as despesas de envio

Estudantes

10,00 €

ABERTURA

Escrevo o texto de abertura deste número da revista num momento de particular sofrimento no nosso país. Dominam sentimentos de angústia pela violência dos acontecimentos que ocorreram nas últimas semanas, pelas perdas trágicas e inesperadas de tantas vidas, pela imensa dor causada em muitas famílias e pela destruição de bens fundamentais à vida de várias comunidades no interior do país. Fica-nos o luto pela ocorrência da morte da tantas pessoas amadas e as feridas na sociedade que demorarão muitos anos a sarar.

Nas origens dos acontecimentos sentimos o peso das omissões e mesmo das incúrias com que todos temos tratado a terra em que habitamos. Nas últimas décadas fomos contribuindo para o desordenamento e a degradação do nosso país por uma imprópria e inadequada utilização do seu território. Criámos as condições para o despovoamento e para a rarefacção de antigas comunidades do interior. Não encarámos de frente as ameaças reais, muitas vezes cíclicas e previsíveis, aos nossos povoados, às nossas terras, ao nosso ambiente natural e à vida de comunidades inteiras, habitadas frequentemente pelos mais idosos e com maiores vulnerabilidades. Permitimos a utilização desordenada dos solos, a ocupação indevida das linhas de escoamento das águas pluviais e dos leitos naturais dos rios, a delapidação da natureza, a utilização exaustiva dos recursos perecíveis e o aproveitamento intensivo, extensivo e desordenado das terras. Frequentemente, dominados por outras urgências e por outros critérios, não valorizámos as vozes sensatas e equilibradas que se têm feito ouvir em meios académicos e científicos sobre os sinais de alarme que aconselhavam a reserva e a prudência na utilização dos nossos recursos naturais.

Todos sabemos das responsabilidades que temos relativamente ao ambiente que nos envolve do qual nos encontramos em estreita dependência.

Trata-se de questões de sobrevivência e de questões de moral. Os Homens têm que exercer o seu senhorio sobre a Terra conhecendo-a, respeitando-a e tomando-a como a casa comum de que todos partilhamos.

Seguramente irão coincidir nos próximos anos algumas das circunstâncias da natureza e os desconcertos dos homens que contribuíram para os trágicos acontecimentos actuais. É absolutamente imperioso e urgente reunir o engenho, as vontades e as capacidades, para todos encontrarmos com a racionalidade necessária os caminhos que possam prevenir e evitar as terríveis tragédias que ocorreram nas últimas semanas.

Num do textos que publicamos neste número da Acção Médica podemos encontrar as sensatas palavras do Papa Francisco que nos dão ânimo para traçar o caminho e vencer a amargura e a desolação do sofrimento e da morte: *“...não nos deixemos aprisionar pela tentação de permanecer passivos, sozinhos e sem confiança apesar da imensa amargura pelo que nos acontece; não cedamos à lógica inútil e inconcludente do medo, repetindo, resignados, que tudo corre mal e nada é como outrora”*. Não podemos desanimar...

A «Acção Médica» publica neste número um extenso e valioso ensaio do seu director sobre a relação humana. Apesar da evidente relevância do tema, este não tem sido tratado com a atenção que merece no nosso tempo, nomeadamente no exercício da medicina contemporânea. Hoje a relação humana dilui-se entre os múltiplos e diversificados agentes intervenientes e a evolução vertiginosa das tecnologias que se utilizam na manutenção da saúde e no tratamento das doenças.

O estudo sobre a relação humana subdivide-se em várias partes segundo a metodologia da observação que se considera. Recomendamos vivamente a sua leitura atenta.

Alexandre Laureano Santos

BIOÉTICA VERSUS ANTROPOLOGIA

Necessidade urgente de uma visão do homem adaptada à nossa sociedade pós-moderna¹

Bernard Ars ²

Em Jesus Cristo, “*imagem de Deus invisível*”, o homem foi criado “à imagem e semelhança do Criador”. Foi em Cristo, redentor e salvador, que a imagem divina, alterada no homem pelo pecado, foi restaurada e enobrecida pela Graça de Deus na sua beleza original³.

O mundo actual não se encontra em crise. Na verdade, está em mutação:

- Mutação geopolítica: o mundo não está centrado na Europa;
- Mutação económica: a omnipresença da globalização/mundialização;
- Mutação ecológica: reconhece-se a impossibilidade de um projecto de crescimento infinito no interior de um mundo finito;
- Revolução numérica e informática;
- Revolução genética: a possibilidade da intervenção directa nos mecanismos íntimos da vida;
- ...poderia alongar-se a enumeração dos vectores nos quais se exprime a mutação...

É uma visão fascinante do futuro⁴. O facto de assumirmos que se trata de uma mutação e não de uma crise da civilização suscita uma grande

¹ Texto publicado na *Newsletter* da FIAMC em 12 Janeiro de 2017.

² Médico. Presidente da Societé Belge de Saint Luc. Professor da Universidade de Namur.

³ *Catecismo da Igreja Católica*. 1701. Pg. 381, Gráfica de Coimbra,Lda, Coimbra; 1993.

⁴ Guillebaud J. C. *Une autre vie est possible*. L'iconoclaste. Paris. 2012. ISBN 978.2.91336-646-6.

esperança e estimula os cristãos no sentido de contribuir para a construção de um mundo novo.

Antes de mais, temos necessidade de uma visão adaptada e actualizada do Homem. No entanto, o relativismo agressivo da sociedade actual assim como o imperialismo do presente contribuíram poderosamente para uma autoimagem diminuída e deformada do homem que existe na nossa forma de viver e que predomina na cultura actual... E que temos dificuldade em reconstruir nas mensagens que passamos às gerações vindouras.

Para Damien Le Guay⁵ *“adoramos conjugar-nos no presente, esquecemo-nos ou discordamos da interpretação do nosso passado e somos incapazes de assumir as responsabilidades perante o nosso futuro. Este imperialismo do presente cria uma espécie de “buraco negro” temporal que atrai e anula poderosamente o passado, e integra, comprometendo, aquilo que está no nosso horizonte temporal qualquer que seja o nosso futuro...”*

E Marcel Gauchet⁶ sublinha as mesmas ideias quando se refere que as nossas sociedades contemporâneas são:... *“fábricas de actores que não sabem bem quem são nem conhecem o sentido das suas acções. Literalmente, não se reconhecem, flutuam como se fossem estranhos neles próprios, o que justifica que se interpretem como se tratassem de reféns de uma alienação desconhecida...”*

Na verdade, o tríptico escopo da Antropologia constituído pelas funções de receber do passado, integrar no presente e entregar ao futuro atenuou-se e actualmente quase desapareceu. E, fazendo incontestavelmente os cristãos grandes esforços na sociedade para se situarem e interpretarem a antropologia no plano natural, são sistematicamente reenviados para o seu reduto confessional na cultura predominante.

De qualquer modo, nós, os cristãos, devemos ser criativos!... Neste sentido convém ter um mínimo de disponibilidade interior. Devemos ter em conta que a pós-modernidade é uma época que põe em dúvida a razão e menospreza o esforço humano de procurar um sentido para a Vida. É uma época de desconstrução da Verdade, do Belo e do Bem. A filosofia perdeu não somente o seu vocabulário mas também a sua finalidade.

⁵ Le Guay D. *Le fil rompu de la transmission*. Famille Chrétienne. N° 1773, 7-13/01/ 2012, pp 32-34.

⁶ Gauchet M. *Conférence de Carême*. 2005. La Croix. 29-30/02/2005.

O que resta da nossa herança? Os Gregos tinham trazido ao mundo a distinção entre a razão e as crenças. O cristianismo deu os fundamentos de uma filosofia a qual, em ligação com a teologia, permitiu que esta se tornasse numa ciência que por sua vez completou e esclareceu a razão. Dois mil anos de cristianismo facultaram a criação de uma filosofia de inspiração cristã e o desenvolvimento de uma antropologia fundamentada na pessoa humana⁷. Actualmente, esta ideia da pessoa humana encontra-se na confluência de numerosas perspectivas. Em primeiro lugar, no sentido da sua finalidade: a pessoa humana dispõe de um destino livre, da consciência, de um futuro, de uma história que constitui o desenvolvimento da sua própria natureza⁸.

Perante os brilhantes resultados da ciência, em particular daqueles que se aplicam na medicina contemporânea, podemos verificar dois factos iniludíveis:

Primeiro facto: hoje, graças às biotecnologias e às nanotecnologias, tornou-se possível:

- Decompor o DNA;
- Fabricar células artificiais;
- Potenciar directamente o nosso cérebro;
- Reparar o nosso corpo quase indefinidamente... até ao ponto de se afastarem as fronteiras da doença, da velhice e da morte....

Segundo facto: o famoso “*BANG*” – B de bits; A de átomos; N de neurónios e G de genes – referentes a tecnologias que afectam directa e intimamente o homem. Os bits e os átomos são postos ao serviço de uma remodelagem decisiva dos neurónios e dos genes. Têm a capacidade de modelar a intimidade do homem!...

E estas práticas tecnológicas inéditas comportam-se nas sociedades de hoje como se não existissem regras que as coordenem e as subordinem. De facto, parecem estar apenas submetidas ao jogo todo poderoso da técnica pelo qual tudo é possível desde que seja materialmente realizável.... As técnicas actuais comportam-se como se se pudessem tornar reais todos os caprichos, todos os desejos e todas as ambições dos homens...

⁷ De Laubier P. *Anthropologie Chrétienne*. L'Harmattan. Paris, 2012. ISBN 978—2-296-99313-6, pp 1-130.

⁸ Humbrecht Th. D. *L'évangélisation impertinente*. Parole et Silence. 2012. ISBN 978-2-88918-069-1.

Maravilhoso ou terrível?... Para onde vamos?

Eis que se impõe a necessidade da Ética.

No seu “*Discurso do Método*”, Descartes⁹ escreveu: “*Se for possível encontrar um domínio que torne os homens comuns mais prudentes, mais sábios e mais hábeis do que têm sido até aqui, eu creio que é na medicina que esse domínio se deve procurar*”. A medicina tem sido suportada desde sempre por uma sabedoria e uma exigência não somente deontológicas mas sobretudo morais. A moral apela à ética no sentido moderno do termo, a qual coloca o exercício da actividade da medicina no próprio coração da sociedade.

Reconhecemos que a medicina registou progressos em muito maior escala nos últimos decénios do que no decurso de todos os séculos passados. A medicina modificou-se esplendorosamente fazendo nela convergir os avanços de ponta nas disciplinas científicas mais variadas: na química, na física, na biologia, na genética, na informática, na robótica, nas tecnologias de processamento de imagem, nas telecomunicações e agora na internet...

Os progressos no conhecimento conferem aos cuidadores poderes que não se limitam ao tratamento das doenças; são poderes para os quais o Juramento de Hipócrates e a Deontologia Médica, mesmo que mantenham a sua actualidade plena em muitos domínios, não constituem a âncora e o rumo que outrora constituíam na prática da medicina.

A tentação da instrumentalização da medicina não existe apenas na área da ficção literária e científica. É uma realidade nas sociedades contemporâneas. A instrumentalização ao serviço de aspirações pessoais; ao serviço dos fantasmas individuais; e um dia, quem sabe, ao serviço dos desejos de poder...

Entrámos nas regiões inexploradas onde a medicina dará respostas cada vez mais vastas e mais complexas à imensa esperança que legitimamente a sociedade lhe atribui. Mas também existe o risco da medicina se dispersar e se perder. É vital que, no futuro, o avanço nos conhecimentos e nas capacidades se acompanhe de uma reafirmação da Deontologia e de uma renovação da Ética¹⁰ para que o desenvolvimento científico se subordine ao bem do homem.

⁹ Descartes R. *Oeuvres Philosophiques*. Collection de la Pléiade. Paris. Gallimard. 1953.

¹⁰ Sicard D. *L'éthique médicale et la bioéthique*. PUF. 2009. ISBN 978-2-13-058662-3. pp 1-128.

Mas sejamos claros: a imagem do vocábulo “*Ética*”, quando se aplica à medicina e às ciências da vida, contém em si uma ambiguidade, porque se refere indiferentemente:

- *Ética* médica propriamente dita, isto é, à exigência de uma certa forma de comportamento da medicina ao serviço do doente, e
- À Bioética que constitui uma plataforma construída a partir da investigação multidisciplinar sobre a qual assentam as questões dos conflitos de valores e os temas suscitados pelo desenvolvimento técnico-científico nos domínios da vida.

A *Ética Médica* terá uma vocação de domínio sobre a Bioética? A Bioética será uma ressurgência da moral clássica, nomeadamente da moral religiosa, que a ciência teria desarrumado desde há um século?

A Bioética é certamente uma ocasião para a sociedade fazer uma reflexão profunda sobre a vida e sobre os seres vivos, não a confiando apenas aos cientistas que, qualquer que seja a sua abertura de espírito, não têm apenas por si e em si a capacidade e o discernimento de estabelecer os limites das suas intervenções. A Bioética excede largamente os limites da ciência. A Bioética lança o olhar sobre a própria vida, sobre o que nos faz ser homens, sobre a nossa capacidade de viver em conjunto, sobre a nossa atenção ao outro, em particular ao mais frágil e mais vulnerável.

Mas, então, será esta apenas uma visão antropológica do Homem?

A RELAÇÃO HUMANA À LUZ DA CIÊNCIA E DA ÉTICA¹

J. Boléo-Tomé

O ser humano vive e realiza-se na *relação* – relação consigo mesmo, relação com os outros, relação com o meio em que vive. É esta *relação humana* que define a sua existência, a sua presença na história, onde deixará sempre a marca ou o sinal da sua passagem, sinal positivo ou negativo, construtivo ou destrutivo, mas sempre sinal humano. A medida da sua passagem será dada pelos comportamentos que escolher, dentro do espaço de liberdade plena de que dispõe como humano, aplicando o seu pensamento na escolha que faz, na decisão que toma, no acto que realiza. E porque dispõe deste espaço de liberdade, as consequências das suas escolhas e atitudes não podem ser atiradas para o lado, para cima de outros – porque é livre, é igualmente responsável. É esse sentido de responsabilidade que valoriza a sua presença activa ou passiva no mundo dos humanos que pode ajudar, e no meio envolvente que pode respeitar e defender.

O estudo da relação humana, como aliás qualquer outro estudo humano, deverá ser realizado segundo as duas perspectivas que o definem, científica e ética, que irão permitir compreender a sua dimensão, o seu valor, a sua importância, assim como os seus riscos, os seus desvios, as suas desorientações, os seus erros. As sociedades humanas são o que forem os seus membros. Os comportamentos adoptados, as ideologias defendidas, seja no dia a dia, seja em momentos especiais, serão sempre a medida, a marca histórica de um conjunto de relações humanas num dado momento e circunstância.

¹ Texto escrito a partir de um conjunto de Encontros subordinados a este título, promovidos pela Academia Lusófona Luís de Camões, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal (Lisboa, 2016-2017).

Neste estudo da relação humana, em que irá ser tomada como exemplo principal a presença histórica dos Portugueses no mundo, assim como as relações mais próximas com os povos e países europeus, vamos começar por olhar para as duas áreas do saber que o tornam possível e necessário, a **Ciência** e a Ética. Para o conseguir e compreender, iremos abordar sucessivamente: o significado e conteúdo destas duas áreas do conhecimento (1ª Parte), as palavras e os actos na vida de relação e a sua perspectiva humana sócio-política (2ª Parte). A vida de relação na família, como célula fundamental de construção da sociedade e escola de relações, com as crises que a vêm atingindo (3ª Parte), foi já desenvolvida isoladamente². Finalmente a 4ª Parte é constituída pelo estudo da relação humana em diferentes épocas históricas e em contextos diferentes, em que se torna necessário olhar para os Descobrimentos dos Portugueses e suas consequências como uma invulgar experiência de relações humanas (4ª Parte). Será dedicado um espaço especial às relações humanas no espaço europeu, lugar de tantos desencontros, invejas e ambições (5ª Parte – Portugal e a Europa), onde será tentada uma explicação do que tem sido conhecido como *Civilização Europeia*, seus fundamentos, características, expansão, dificuldades, e crises.

Através das viagens que deram a conhecer outras gentes e outros mundos os Portugueses deixaram marcas, sinais, memórias, de qualidade variável; algumas delas atravessaram os séculos e surpreendem-nos hoje – ficaram gravadas na memória dos povos, pela sua qualidade e sentimento. E porque houve, tantas vezes, uma relação especial, criaram-se raízes profundas que permitiram atravessar os tempos, sob as formas mais diversas – na linguagem, nos costumes, nas tradições, nos nomes, na tradição oral. As páginas que seguem serão apenas alguns passos de uma primeira análise científica e ética da presença do ser humano na História, através de comportamentos, nas suas relações humanas fáceis ou difíceis, pacíficas ou violentas. O Povo Português e a sua presença no mundo é um bom exemplo de estudo de uma relação humana que permanece na memória histórica, muito para além da memória escrita ou das ruínas de igrejas e fortalezas, e que resistem ao tempo ou aos homens, um pouco por todo o mundo onde os Portugueses chegaram.

² J. Boléo-Tomé – *A Família e as crises*. «Acção Médica», 77(1), Março 2013, 12 pp.

1ª PARTE: CIÊNCIA E ÉTICA NA VIDA DE RELAÇÃO: SIGNIFICADO E CONTEÚDO

INTRODUÇÃO

Ciência e Ética – estes dois nomes, que vão estar associados neste estudo sobre a relação humana, supõem a existência de duas realidades completamente independentes e que, eventualmente, até poderão ser olhadas como contraditórias, em aspectos coincidentes num mesmo capítulo do conhecimento. Na verdade, é frequente falar-se e apontar situações em que, aparentemente, podemos pensar existir verdadeiro confronto entre o pragmatismo científico e a posição filosófica da Ética. A realidade, porém, é bem diferente e basta uma análise de significados e conteúdos para que se possa dizer que essa interpretação não tem razão de ser. Mais ainda: tanto a Ciência como a Ética, são ambas necessárias e complementares, como parte fundamental da presença humana em qualquer dos seus múltiplos aspectos e, conseqüentemente, da vida de relação, no encontro (ou desencontro...) com pessoas e povos de outros tempos ou lugares, ou mesmo no simples encontro com o ambiente que nos cerca. Nesse encontro, mesmo de forma inconsciente, existe sempre uma abordagem, que se pode qualificar de científica, no contacto com o mundo ou com os outros, e uma atitude de aproximação que permite a relação e que é indiscutivelmente de natureza ética.

Explorar ou observar a realidade envolvente é *Ciência*; estudar os comportamentos e os sentimentos revelados em face dessa realidade, ou perante o que está para além dela é Ética. Ambas estão na Vida, no dia a dia desta relação connosco, com o meio ambiente, com os outros e com o sobrenatural. É da harmonia destes dois conceitos, completando-se, que se constrói a sociedade humana e, com ela, uma civilização. Dar aos dois vocábulos o seu significado verdadeiro e estudar os seus desvios é, pois, fundamental para compreender os passos dados na história pessoal e na história dos povos, através de uma relação pessoal e social que é a marca da presença humana.

Veremos a seguir que conteúdos e significados vamos encontrar em cada uma delas e que desvios podem conduzir a interpretações conflituosas,

quebrando ou pondo em causa a harmonia que deve aproximá-las, e que é razão e causa da actividade humana.

Veremos ainda que, a partir do conhecimento científico com os seus métodos de estudo, que nos permite compreender a realidade concreta, se for aplicado de acordo com a análise ética da sua utilização tornará possível chegar a uma maior e mais correcta interpretação da nossa presença activa na História e através da História, no mundo dos grupos humanos, dos povos e das nações. Será uma interpretação baseada nos comportamentos, que marcam um ser no seu modo de estar e olhar os outros, e que deverá procurar-se não apenas nos restos visíveis de uma presença material, mas principalmente na memória não escrita, transmitida através dos tempos. São essas as marcas, são esses os sinais que definem a presença dos que passaram. Aplicada à História dos Povos e das Nações, será assim possível chegar a uma visão mais próxima da realidade do que fomos, do que somos, ou do que poderemos ser.

Com estas premissas podemos dizer que, ao falarmos de Ciência ou de Ética, estaremos afinal a tentar compreender o que é e a importância que tem a **Relação Humana**, como forma de estar e de comunicar, seja no dia a dia, na família ou no trabalho, seja nas situações mais diversas com as pessoas, com os grupos, com os povos, com as nações. Esse estudo levar-nos-á a pensar mais profundamente na responsabilidade de cada um na sua relação com os outros ou com o meio ambiente, seja qual for o momento ou o lugar do mundo em que nos encontremos.

I - CIÊNCIA – NOÇÃO E LIMITES

O vocábulo *Ciência* encerra, na sua origem, a noção de *conhecimento*, de *saber* (o *cognitio principiorum*), a que o espírito humano pode ter acesso. Trata-se de uma noção de enorme latitude, muito ligada à Filosofia, na medida em que esta podia definir-se como *o amor, a paixão* pela ciência. A par desta noção, ao mesmo tempo vaga e abrangente, foi surgindo, graças principalmente a Aristóteles, o conceito mais orientado para a realidade envolvente, para o estudo concreto do mundo das coisas e dos fenómenos ainda desconhecidos, ou só parcialmente conhecidos. Partindo de uma *Ciência-Saber*, foi-se afirmando uma *Ciência da realidade*, que pode hoje ser denominada *Tecno-ciência*, ou *Ciência aplicada*, ou *Ciência experimental*. Será esta a noção adoptada.

A **Ciência** tenta descodificar, observar e compreender a natureza em todas as suas formas, estudando-as e respeitando-as. Por isso se pode dizer que a Ciência, correctamente compreendida, não viola, não agride, não destrói; procura encontrar respostas para as muitas interrogações que se colocam ao espírito humano, relativamente a tudo o que o envolve e mesmo para lá de tudo o que é possível pensar, mas que seja mensurável ou quantificável. Mais ainda: a Ciência, como Saber, faz parte da Vida, de toda a actividade humana, em qualquer das suas formas.

O agricultor que observa com cuidado as suas plantações; o pescador que procura no mar sinais da existência abundante de peixes; o cozinheiro, que tenta aperfeiçoar sabores e alimentos; o professor, que se preocupa em encontrar o melhor método para transmitir aos alunos matérias difíceis; ou o aluno atento, capaz de encontrar mnemónicas ou referências que o ajudam no estudo; todos eles realizam, no seu trabalho, uma forma de actividade científica, desde a mais simples à mais complexa.

A **Ciência** poderá assim ser definida como *o reconhecimento metódico e sistemático da realidade, conhecida ou desconhecida, ou de qualquer dos seus pormenores ou aspectos*³.

Nascida no seio da Filosofia, e ainda com Aristóteles, a Ciência rapidamente se separou, deixando à parte aquilo que alguns designam como *Ciências do Espírito*, ou, mais recentemente, *Saber Humanístico*; pode assim definir os seus objectivos, e criar as suas regras e os seus métodos de trabalho.

É hábito dizer que a actividade científica se define por três verbos: *perceber* (no imediato), *conhecer* (no mediato), *saber* (reflexo, consequência).

Os métodos de estudo, para poderem denominar-se como **métodos científicos**, obedecem a regras muito claras e que poderemos considerar difíceis, mas necessárias: *racionalidade* (que sejam produto da razão, mesmo empírica; trabalha sobre os dados da percepção sensível, seleccionando, corrigindo e interpretando esses dados, qualquer que seja a sua natureza); *objectividade* (que as ideias não sejam subjectivas, ou imaginativas, ou portadoras de grande carga afectiva que mascara a realidade, embora se saiba que a objectividade total nunca será possível, dada a sensibilidade diferente de cada observador); *positividade* (em que seja desejável todo o

³ Manuel Antunes – *Enciclopédia Verbo*, ed. Séc. XXI

possível controle da experiência, mesmo para os capítulos da ciência aparentemente ainda indefinidos); e, finalmente, a mais difícil, a *relatividade*, isto é, a modéstia, a “humildade científica”; quando se olha para a história da ciência e para os seus progressos actuais, temos de aceitar que a mais evidente “verdade” científica de hoje corre sempre o risco de vir a ser desmentida ou modificada. «*Nenhuma formulação de “leis”, por mais rigorosa e comprovada que ela se apresente, tem a sua “eternidade” plenamente assegurada*» (Manuel Antunes, loc. cit.).

Há quem aponte ainda mais quatro regras assessórias que é preciso não esquecer, quando se consideram os métodos científicos: a *dúvida sistemática universal*, a *vontade permanente de verificar tudo*, a *preocupação de enquadrar cada coisa no seu contexto*, e o propósito de *demarcar claramente, em cada caso, os factos e as interpretações* que lhe digam respeito. Isto significa a existência permanente de uma rigorosa disciplina de trabalho.

Este conjunto de regras revela a existência de limitações na aplicação dos métodos científicos, limitações que estão na base de confusões ou de interpretações daqueles que colocam, ou têm a pretensão de colocar a Ciência e os seus métodos para além de qualquer limite. Assim, podemos mesmo considerar que «*os limites da ciência são fixados pelo seu próprio método*», como nos disse Stanley Jaki⁴, que afirmou ainda: tratando a ciência experimental de realidades quantificáveis, de limites progressivamente bem definidos, tudo o que nunca será quantificável ultrapassa as possibilidades científicas. Jaki chama-lhes “*saber humanístico*”, em contraste com o “*saber experimental*”. O mesmo autor reconhece, porém, citando Maxwell⁵, que «*uma das provas mais difíceis para uma mente científica é conhecer os limites do método científico*». Olhando a Ciência como o motor do desenvolvimento tecnológico, à sua volta cresce uma *nova cultura* que, determinada pelos espantosos progressos das tecnologias da informação, se apresenta como senhora exclusiva do pensamento. Ao esquecer ou pôr de parte a componente ética, que deve estar sempre presente em toda a actividade humana, os seus defensores podem facilmente manipular o

⁴ Físico e sacerdote húngaro. O seu pensamento foi estudado num Curso de Verão em Madrid, em 2011 (Colégio Maior San Pablo CEU, Julho de 2011, Madrid; tema – *Ciência e Fé em Stanley Jaki*).

⁵ James Clerk Maxwell - Físico e matemático escocês (1831-1879).

ser humano, tanto num ponto de vista económico, como com objectivos sociopolíticos.

A verdadeira limitação do pensamento a que esta atitude conduz, traduzida no dia a dia pelo domínio tecnológico que muitas vezes escraviza os indivíduos, é dramática, não apenas para as “mentes científicas” mas também e principalmente para o comum das pessoas. Se nos aproxima de quem está longe e nos permite entrar num mundo maravilhoso em que tudo parece possível, misto de verdade e de engano, afasta-nos de quem está perto, isolando-nos dos outros e da realidade. O bloqueio tecnológico do pensamento, que é a sua consequência, leva-nos a temer o aparecimento daquilo a que Einstein chamou as “gerações de idiotas”: o menino e o seu computador de bolso, tão inseparáveis como um *pace-maker* e o seu doente. Manipulável, como todo aquele que perdeu a maravilhosa capacidade de pensar e de escolher livremente, capacidade consciente, informada, responsável.

A Ciência nasceu da necessidade de compreender o mundo que nos cerca; quando é apresentada e defendida como ***Ciência funcional***, baseada num utilitarismo mais ou menos agressivo e exclusivo, ilimitado, impregnando a cultura, entra na manipulação da mente humana, bloqueando-a. A partir daí, considerando que tudo o que é tecnicamente possível é igualmente legítimo, ela própria se destrói no horror de um mundo de autómatos – não é mais. Caímos num endeusamento da técnica, sem sentido, sem lógica, sem conteúdo, estupidamente vazio e mesmo verdadeiramente criminoso. A Ciência passa a ser uma fuga, um refúgio, o único, na ausência dos valores superiores do espírito; a partir desse ponto, apresenta-se como a grande ilusão de libertação do pensamento humano, verdadeira “alucinação intelectual” como lhe chamou o filósofo John Gray⁶, na sua análise ateísta da humanidade, tremendamente pessimista. A experimentação no ser humano, quando vai para além dos limites muito apertados do progresso terapêutico (eterna tentação do “aprendiz de feiticeiro”), é um exemplo bem conhecido de abuso criminoso da técnica, de que a História nos deu e continua a dar exemplos dramáticos. É igualmente uma verdadeira negação da qualidade em que deve assentar qualquer relação humana.

⁶ John Nicholas Gray – *Straw Dogs: Thoughts on Humans and other Animals*, 2003. Do mesmo autor, sugere-se a leitura de «*False Dawn: the Delusions of Global Capitalism*» editada em 1998.

A Ciência, com as suas regras e o seu método, faz parte da existência humana, é uma necessidade, para encontrar as respostas concretas às interrogações sobre a realidade. Prestou, presta e continuará a prestar enormes serviços no estudo e conhecimento dos seres humanos, na sua relação consigo próprios, com os outros, com o mundo que nos cerca. É necessário que continue a prestar esses mesmos serviços, sempre informada pela Ética, sem sair do seu campo de acção, suficientemente vasto e absorvente. Será através desse trabalho de enorme exigência que poderá desenvolver-se a “*Ciência da Relação*” em toda a sua qualidade, impregnada de valores éticos, cada vez mais importante e necessária num mundo que teima em não se entender.

A **Ciência** ocupa-se do estudo da realidade envolvente, em todos os seus aspectos e vertentes, encontrando-se limitada ao que é concreto, ao que tem princípio, meio e fim. Acompanha o ser humano desde o início até ao seu termo – nasce e extingue-se com ele, restando apenas a realidade histórica e os conhecimentos adquiridos que outros poderão continuar. O seu objecto é muito concreto – é constituído por todo o mundo envolvente que é oferecido ao ser humano para estudo e interpretação. Como olhar então para o que está para além da natureza, para além do que é inteligível, ou palpável ou verificável pela experiência; ou ainda, o que pensar ou compreender, ou como entrar no mundo do “antes” e do “depois” da vida humana que a **Ciência** acompanha como um dos elementos essenciais da existência mas, tal como ela, limitada no tempo?

Noutro local e noutra época⁷ tive a oportunidade de abordar o tema das causas primeiras e das causas últimas, no mundo de enganos do materialismo filosófico defendido por Renan. A origem da Vida e o seu significado fundamental, que está para além da finitude da existência histórica, não encontram resposta na **Ciência**, com todo o mundo da experimentação que ela representa. Só aceitando valores superiores que estão para lá da experiência e por isso se chamam *transcendentes*, será possível compreender o fundamento e a finalidade essenciais da existência humana. Isto significa entrar nos domínios de uma outra ciência, a **Metafísica** – ciência dos fundamentos e da transcendência.

⁷ Boléo-Tomé, J. Paiva – *Deus e a Ciência*; in «Acção Médica» XXIV (96), Junho 1960.

II - CIÊNCIA e CIENTISMO

Os passos dados pela Ciência, principalmente a partir do século XVIII, levaram alguns investigadores, fascinados pelo progresso, a considerar a ciência como o motor único do pensamento e desenvolvimento humanos. Transformada em doutrina, esta corrente do pensamento baseada no positivismo, numa das suas versões mais radicais, chegou mesmo a ser apresentada como o moderno substituto da Ética, da Moral e mesmo da Religião. Conhecido como *cientismo* ou *cientifismo*, esta doutrina teve como berço principalmente a Holanda (século XVII), estendendo-se pouco a pouco pelo mundo calvinista e luterano.

Era inicialmente uma defesa do método exacto, experimental, já defendido por Galileu, Kepler, Torricelli ou Newton, cientistas que cultivavam a Ciência mas não a adoravam⁸, e que chegou a ser adoptado por instituições como a Royal Society e a Académie des Sciences. Quando o *cientismo* começou a ter mais notoriedade muitos cientistas se aperceberam de que os objectivos intelectuais tão amplos desse movimento eram incompatíveis com a especificidade da pesquisa científica, constituindo uma ameaça à sua integridade⁹. Este facto conduziu a um conflito aberto do *Cientismo* com a *Ciência*.

Pode-se dizer que o *cientismo* não nasceu só do fascínio do desenvolvimento científico. Na realidade, os desvios e os erros nascem quando nada ou pouco existe que seja possível contrapor-lhes com eficácia. Quando olhamos para as correntes do pensamento nos séculos anteriores, é justo que nos admiremos do esplendor medieval que fez nascer as universidades e as belíssimas catedrais como símbolos do Espírito. Mas, como é próprio da inquietação humana, pouco a pouco assistimos ao encerramento da filosofia escolástica sobre si mesma e nas suas especulações¹⁰. Sertillanges é muito claro na sua análise crítica quando aponta o nascimento do *cientismo*, como sendo baseado, em boa

⁸ A. D. Sertillanges – *Ciência e Cientismo*; In *Para além da Ciência*, Liv. Tavares Martins, Porto, 1955.

⁹ Joseph Ben-David – *O papel do Cientista na Sociedade*. Trad. port., São Paulo, 1974, pp 123-124

¹⁰ Doutrina teológico-filosófica que dominou a Idade Média e que estudava e ensinava como conciliar a fê cristã com um sistema de pensamento racional

parte, na recusa escolástica em reconhecer a ciência experimental como um prolongamento e uma forma de enriquecimento do conhecimento. A atitude de certos escolásticos com influência foi, com frequência, invocar sempre um qualquer princípio para trancar o caminho da investigação experimental. O “caso” Galileu foi um exemplo triste. «*Com medo de ser ultrapassada, é ela mesma (a filosofia escolástica) que provoca a ultrapassagem não só dela própria como também, mais tarde, daquilo que se apresenta como ligado a ela, a própria religião*» (Sertillanges).

A doutrina do valor absoluto da Ciência, considerada toda ela como experimental, mesmo no chamado “*saber humanístico*”, teve um novo fôlego no século XIX com a teoria da *Seleção Natural*, exposta no livro famoso de Darwin, «*Origem das Espécies*» (1859). Muitas vezes passou mesmo a ser invocada a obra de Darwin nas lutas ideológicas que tinham como objectivo principal a eliminação do *Teísmo* (crença num Deus transcendente e criador), numa quase luta de morte contra a religião. A publicação da obra de Ernest Renan¹¹, «*L’Avenir de la Science*», em 1848, veio a revelar-se quase que como o aparecimento da “bíblia” do cientismo, considerando a Ciência como meio e como fim do esforço humano. A divulgação das ideias de Renan trouxe para a ribalta a famosa “*Lei dos três estados*”, ou fases da civilização, de Augusto Comte¹²: a *primeira*, a **fase religiosa** – apelo a poderes sobrenaturais; a *segunda*, a **fase metafísica** – os poderes sobrenaturais são substituídos por conceitos abstractos; e finalmente a *terceira*, a **fase positiva** – definitiva, apoiada na experiência, em que nada mais existe para além da Ciência pura.

A principal consequência desta doutrina foi a relativização dos pontos de vista morais. Tudo é posto ao contrário: «*em vez de agirmos numa perspectiva moral, segundo a qual uma acção é intrinsecamente boa ou intrinsecamente má, seguimos agora um modelo “behaviourista”*» (S. Jaki) em que se aceitam quaisquer estilos de vida ou comportamentos alternativos; e sem fazer perguntas... A propósito das consequências, o Pe. Jaki dizia mesmo: «É um crime, porque estas aplicações unilaterais do método quantitativo chegam a privar o ser humano da sua compreensão dos aspectos incomensuráveis da existência». Numa análise histórica das

¹¹ Joseph Ernest Renan – 1823-1892, foi escritor, filósofo, teólogo, filólogo e historiador francês.

¹² Augusto Comte, filósofo francês, fundador do positivismo – 1798-1857.

sociedades e dos povos, poderemos encontrar facilmente neste abandono das propostas éticas razões suficientes para o declínio ou mesmo o desaparecimento de civilizações. Uma Ciência desprovida de valores morais destrói toda a relação humana e, com ela, o próprio sentido da vida.

Pode-se dizer que hoje o cientismo, abandonado pela Ciência, acompanhou a queda do positivismo. Trata-se de um fenómeno marcadamente oitocentista, que até há algumas dezenas de anos se refugiava, em boa parte, nas culturas de cunho marxista, embora possa encontrar-se ocasionalmente noutros locais, defendido de forma desordenada por pessoas ou grupos políticos.

Em sua substituição tem-se instalado pouco a pouco uma forma de pensamento conhecida como *transhumanismo*. O *transhumanismo* é um movimento cultural e filosófico racionalista que afirma ser possível e desejável aumentar ou modificar as capacidades humanas pela ciência e pela tecnologia. Partindo da ideia cientifista de que “o espírito e os métodos da ciência deveriam ser estendidos a todos os domínios intelectuais e morais da vida, sem excepções”, foi lançada uma nova filosofia científica – o ser humano do futuro pode ser “fabricado” ou condicionado de acordo com um programa científico¹³. A liberdade desaparece, *a relação humana, razão e causa da vida, não existe mais*. O novo homem, programado geneticamente, terá melhor qualidade de vida, superando as limitações físico-psicológicas do corpo humano. As novas tecnologias emergentes poderão fabricar um novo ser, o “*trans-humano*” ou “*pós-humano*”, frio e autómato, à margem de toda e qualquer relação humana, mas dotado de uma super inteligência, ou das super habilidades julgadas necessárias¹⁴. Os sentimentos são banidos deste novo ser, ou modificados de acordo com um programa específico. Verdadeiramente, trata-se de um caminho de pensamento completamente louco e perigoso, cujo objectivo, mais ou menos escondido, é suprimir toda a beleza espiritual do ser humano, destruindo os seus fundamentos transcendentais.

Integrada neste caminho de destruição tem-se afirmado, política e socialmente, uma ideologia comportamental que tenta aniquilar o fundamento da sociedade – a **Família** – como forma de conseguir impor

¹³ Ver: Aldous Huxley - «Admirável mundo novo» (1ª ed. 1931). A. Huxley faleceu em 1963.

¹⁴ Max More, 1990. Filósofo e futurista britânico, nascido em Bristol, em 1964.

o secularismo¹⁵ e, supostamente, acabar de vez com os que defendem os fundamentos transcendentais da vida humana. Designada habitualmente como **ideologia de género**, põe em causa os próprios fundamentos biológicos da existência humana definidos pela Ciência, como justificação para comportamentos anormais ou paranormais. Assim, a definição biológica homem/mulher é um puro acidente, que não significa sexo masculino e sexo feminino; existe apenas o “género” escolhido pelo próprio – géneros *homo-*, *hétero-*, *bi-*, *trans-*, *xeno-*, *inter-*, *pan-*, e muitos mais. A partir desta posição, todos os referenciais éticos deixam de fazer sentido sendo progressivamente postos de lado.

Falámos atrás na *Ciência funcional*, utilitarista, impregnando a cultura, e conduzindo a uma manipulação da mente humana. Podemos considerá-la, realmente, como o ponto de partida para a *ideologia de género*, uma vez que, nas últimas décadas, esta *Ciência funcional* tem adoptado cada vez mais o modelo *behaviourista* (comportamental), com o qual se confunde. Desligado do cientismo, este modelo é defendido por pequenos grupos ferozmente activistas, que vão impondo formas sociais e pedagogias que negam as dimensões bio-psicológicas do ser humano. Tomando de assalto instituições supranacionais, têm conseguido fazer aceitar a sua lei, infiltrando tudo, desde o ensino elementar ao ordenamento jurídico. Esta nova onda de domínio do pensamento, muito mais perigosa do que o cientismo do século XIX, tem invadido e marcado negativamente as gerações mais jovens, num amolecimento progressivo da vontade e da capacidade racional, qual droga terrivelmente dominadora e destrutiva. A Verdade desaparece, a Razão é limitada ao suposto e descaradamente falso “conhecimento científico”, manipulado e manipulador.

Este modelo *behaviourista* (ou comportamental), que designámos por **ideologia de género**, assenta nos três ingredientes que definem o vazio de uma sociedade sem valores – o relativismo (*nega toda a verdade absoluta e perene assim como toda a ética absoluta, ficando ao critério de cada indivíduo definir a “sua” verdade e o “seu” bem*), o niilismo (*visão céptica radical em relação a toda a interpretação da realidade e da própria realidade em si mesma, aniquilando valores e convicções*), o individualismo

¹⁵ Teoria que defende a “emancipação” de toda a sociedade moderna da “tutela” do sagrado, da religião. A palavra tem sido usada como sinónimo de, entre outras, racionalismo, laicismo, naturalismo.

(conceito político, moral e social que exprime a afirmação e a liberdade do indivíduo frente a um grupo, à sociedade ou ao Estado, opondo-se a toda a forma de autoridade). Com estes ingredientes este modelo comportamental pretende impor um novo conceito de ciência, desligado da realidade bio-psicológica.

O ponto de partida desta “ideologia” é a desconstrução do conceito de sexualidade humana baseada na existência do par humano, *homem/mulher*. Como acentuámos atrás, tendo como objectivo concreto a destruição do modelo tradicional de Família, como sociedade elementar, fundamento de qualquer civilização, a ideologia de género reduz o ser humano a objecto falante, quase autómato, sexualmente indiferenciado. Não há dois sexos, *homem* e *mulher*, masculino e feminino (apresentados como produtos da opressão social...), mas sim e apenas “*géneros*”, com toda a variedade que for permitida pelo desconcerto humano¹⁶. As uniões contra natura, desde as homo às xeno, fazem já parte de algumas listagens de “direitos” que devem ser reconhecidos. A consequência imediata está à vista: ***o ser humano só, sem valores e sem afectos, sem uma sexualidade que lhe permita afirmar-se como homem ou como mulher, pai e mãe, e sem objectivos superiores, com a família destruída, é o consumidor perfeito do poder económico – a pseudo compensação materialista do vazio afectivo. É igualmente um bom candidato à auto eliminação, quer pelo suicídio, quer pela eutanásia***, quando as circunstâncias da vida o colocarem numa situação de dependência mais ou menos total.

¹⁶ A «*Australian Human Rights Commission (AHRC)*» adiantou recentemente (2011) novas propostas. Num documento designado por “*Protecção contra a discriminação com base na orientação sexual e/ou identidade de género*”, a AHRC avançou uma nova lista de “*géneros*” que esperam o reconhecimento institucional em nome do respeito pela liberdade, tendo solicitado às autoridades federais a inevitável legislação antidiscriminatória. «No dia em que escrevo estas linhas sobre os *géneros humanos* podem descrever-se as seguintes categorias (admito que quando forem lidas o número possa ter aumentado): *transgenéricos* (ou *transgéneros* ou *simplesmente trans*), *trans-sexuais*, *intersex*, *andróginos*, *agenéricos* (ou *agéneros*), *terceiro sexo*, *terceiro género*, *drag-king*, *drag-queen*, *cross-dresser*, *genderfluid*, *genderqueer*, *intergender*, *neutrois*, *pansexual*, *pangendered*, *sistergirl* and *brotherboy*» (21 de Março de 2011 - Babette Francis, Consultora da ONU, coordenadora da organização australiana *National and Overseas Endeavour Forum Inc.*). Perante a dificuldade em traduzir vários termos, optámos por manter a designação inglesa. A própria autora do estudo confessa que não conhece o significado de termos como *neutrois*, por exemplo (N. T.).

Em capítulo especial, e para compreender melhor os riscos desta verdadeira patologia social, noutra ocasião falámos já das crises que têm tornado difícil a vida das Famílias, em que a ideologia de género desempenha um papel fulcral no programa actual que pretende destruí-la¹⁷.

Ao olhar para todo este desconcerto, só nos resta comentar: realmente, as *gerações de idiotas*, de que falou Einstein, estão já em franco desenvolvimento. Falaremos adiante um pouco mais deste modelo destruidor.

III – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Estreitamente ligada à **Ciência** em geral e mesmo constituindo um dos seus capítulos mais marcantes pela influência que exerce na vida e no comportamento das pessoas, existe o que é referido como ***Ciência Tecnológica***, ou simplesmente **Tecnologia**. Este aspecto da ciência confunde-se em grande parte com o que foi designado como *Ciência Funcional* ou *Ciência Aplicada*, possuindo, no entanto, algumas características que exigem um olhar mais detalhado.

Quando se fala em *Ciência* é habitual considerá-la quase só pelas técnicas que vêm sendo desenvolvidas e que, supostamente, se destinam a facilitar a vida dos seres humanos, quer no seu aspecto individual, quer no aspecto social, permitindo o desenvolvimento de relações humanas mais completas. Parcialmente, e mesmo só parcialmente (veremos porquê), deve reconhecer-se o benefício obtido com o desenvolvimento tecnológico, que quase se pode dizer veio substituir uma grande parte do trabalho manual e mesmo uma boa parte do trabalho intelectual. O aparecimento da máquina e o seu desenvolvimento posterior para o automatismo “libertou” uma multidão de trabalhadores condicionados como estavam ao seu próprio esforço físico. Do mesmo modo, uma pesquisa científica é hoje facilitada pelo mundo imenso das bases de dados e pela informatização dia a dia mais acessível, que coloca o mundo do conhecimento ao alcance de um toque digital. Quase se poderia dizer, na sequência do pensamento de Renan, que a tecnologia, como factor de alegria e de prazer, justifica que se pense e se defenda que será a *Ciência Aplicada*, através do espantoso progresso tecnológico, que realizará uma hipotética felicidade sobre a ter-

¹⁷ Ver nota 2.

ra, “libertando” o ser humano de tarefas desagradáveis. Será mesmo, ou esta dependência tecnológica não será mais uma ilusão do espírito humano, na sua inquietação constante, criando novas insatisfações e dependências?

Já citámos atrás um comentário de Einstein quando se referia às novas gerações dominadas pela técnica como “gerações de idiotas”. Na verdade, se os nossos valores, os valores que definem o progresso humano e que vão marcar comportamentos e tendências de qualquer natureza, se reduzirem ao que a técnica nos proporciona, caímos numa verdadeira escravatura mental, ampliada de modo dramático no *transhumanismo*. Nessas condições, torna-se quase impossível encontrar o equilíbrio que é necessário ao ser humano para poder construir e aperfeiçoar o seu caminho, numa relação feliz com o espírito e com a técnica.

Olhemos com um pouco de atenção para o que nos é oferecido e para o que nos é retirado por esse quase surpreendente mundo das novas tecnologias e suas consequências.

Numa análise perfeitamente actual, intitulada «*Para Um Futuro Humano*»¹⁸, Daniel Rops coloca no início do seu raciocínio algumas perguntas: *Os valores da civilização são essencialmente conhecimentos e técnicas? Ou esta – O progresso humano é unicamente uma função da ciência? Ou ainda: Em que medida o desenvolvimento técnico poderá concorrer para o ideal de uma sociedade feliz?* Das respostas possíveis a questões como estas poderemos chegar a posições e ideologias contraditórias, em que estarão em causa a origem e a finalidade da existência humana. Segundo Renan, defensor do cientismo, o futuro do homem passaria a estar condicionado ao futuro técnico, entendendo por progresso o desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, a valorização humana estaria estreitamente dependente dos avanços técnicos fornecidos pela ciência. Será assim? Vamos seguir em parte o raciocínio de Daniel Rops, na sua esplêndida análise da existência humana ao longo dos tempos.

1. Escravatura, factor de desenvolvimento:

Todo o desenvolvimento representa e exige um elevado consumo de energia; na ausência da máquina e da sua evolução tecnológica, os escravos eram a fonte eficaz e muito económica de fornecimento de energia em

¹⁸ Daniel Rops – *Para um futuro humano*; análise incluída em «*Para além da Ciência*», já citado.

grandes quantidades. O cidadão, o homem livre, ficava liberto de todo o trabalho “com o suor do rosto”, reservado para o escravo, podendo dedicar-se a ocupações nobres – a cultura, no sentido do pensamento filosófico, os desportos guerreiros, a intervenção socio-política. O escravo existia por necessidade, o que acabou por criar uma mentalidade esclavagista, mais ou menos violenta.

Podemos dizer que esta evolução das mentalidades se fez partindo da afirmação de Aristóteles de que «*a escravatura não podia desaparecer senão no dia em que as lançadeiras dos teares trabalhassem sozinhas*» (escravos por necessidade social), até à defesa de uma qualidade inferior do escravo (escravo-coisa, de humanidade discutível). Este desprezo pelo trabalhador, escravo ou assalariado, presente parcialmente na sociedade antiga, e mais acentuado nas sociedades modernas e pós-modernas é bem traduzido na frase anotada por Émile Meyerson¹⁹, frase que traduz o pensamento corrente nos séculos XVIII e XIX – *nunca se fará um cidadão de um operário/escravo*, pensamento ainda presente, embora com outras formulações, em algumas mentes herméticas.

A necessidade de energia disponível era tanto maior quanto mais evoluída era a sociedade, podendo entender-se por evolução não apenas o progresso que liberta e valoriza mas também o progresso criador de falsas necessidades e exigências. Durante muito tempo o aumento de necessidades energéticas foi resolvido com o aumento do número de escravos, o que significa um intenso comércio esclavagista, que dominou grande parte dos séculos XII a XIX. Enormes levas de escravos, atingindo vários milhões, foram conduzidas para os novos territórios que constituíram as Américas, a partir do século XVI. Já não eram os escravos obtidos com os povos derrotados; eram populações inteiras, quase todas africanas, compradas na costa de África a sobas e reis, senhores absolutos da terra e dos súbditos, e que eram transportadas em condições degradantes. As cargas humanas referidas como “peças” eram acumuladas no porão dos barcos esclavagistas, com uma única preocupação – o negócio.

Mesmo na chamada revolução industrial, em que o progresso técnico apareceu como imparável, a técnica não dispensou a mão de obra quase gratuita dos novos escravos, os operários fabris. Esta mentalidade

¹⁹ Meyerson, Émile (1859-1933) - Filósofo polaco fixado em França desde 1882. Violento crítico do positivismo

esclavagista, no sentido de domínio absoluto de pessoas sobre pessoas consideradas inferiores, numa relação humana espúria, continua presente, ainda hoje, praticamente em todas as latitudes e lugares, apesar da tecnologia ou, talvez em parte, por causa dela. E talvez esteja mesmo agravada, porque o pensamento dominante parece ter abandonado ou esquecido os valores superiores do espírito mais elementares e imprescindíveis. Recordemos, como exemplo, o bem actual e terrível ciclo do cacau, assente em levas de escravos infantis, ou as crianças escravas-operárias de fábricas de têxteis do mundo asiático, que comem e dormem junto da máquina para tornarem possíveis altos níveis de produção por preços muito baixos. Onde está aqui a relação humana digna e livre, mesmo a mais rudimentar?

2. O cristianismo como movimento libertador:

O aparecimento do cristianismo, pregando a superioridade do espírito sobre a realidade física do homem e defendendo a igual dignidade de todos os seres humanos, sacudiu uma sociedade instalada no tempo e num regime social que aceitava a escravatura como uma lei natural. Mas não foi fácil o caminho, mesmo para muitos dos que aderiram, em qualquer das classes sociais que considerarmos. Por isso encontramos, sem surpresas, quem defendesse a escravatura como expressão da vontade divina, mesmo considerando a existência, no escravo, de uma alma digna e imortal. A situação de escravo foi mesmo defendida quase como uma espécie de profissão de dignidade inferior, necessária, mas que merecia um tratamento humano, como o que era dado a qualquer homem livre. Recordemos o que ficou escrito em alvarás e decretos reais portugueses sobre o transporte marítimo de escravos, bem traduzidos pela frase de D. Pedro II (alvará de 18 de Março, 1684) – *Os escravos devem ser tratados como filhos de Deus*, determinando ainda castigos muito pesados para os capitães de navios, sempre que houvesse denúncia de maus tratos.

Podemos dizer que este movimento libertador desenvolvido com o cristianismo teve o seu ponto alto na antiguidade com as proclamações do imperador Constantino (édito de Milão – 313 AD) e do imperador Teodósio (édito de Tessalónica – 380 AD) que fez da religião cristã e dos seus mandamentos a base moral oficial em todo o Império. A partir desse momento a escravatura deveria, supostamente, ser progressivamente suprimida. Não foi, embora o movimento libertador se acentuasse, principalmente da

parte de conventos e grandes feudatários ligados à Igreja, que chegaram a realizar libertações em massa. Mas não se encontravam ainda reunidas as condições psicológicas e socio-económicas que permitissem transformar os escravos em homens livres. É que, em boa parte, se torna necessária “a concorrência de dois elementos: a invenção técnica que economicamente a permite e a vontade espiritual que é o agente promotor dessa libertação”. Não é suficiente, não é determinante, nem nunca foi nem será fácil, mas é importante e necessário que exista esta concorrência como parte da justificação da luta pela abolição da escravatura.

As primeiras libertações de grandes grupos de escravos ocorreram por volta do século X, coincidindo com o aparecimento de novos progressos tecnológicos, de entre os quais se salientam os métodos de atrelagem e transporte, que multiplicaram por três a capacidade de tracção e de carga – sucessivamente e como exemplos, um colar rígido que deixou de estrangular o animal, colocação de ferraduras, o cabo de tracção giratório, a colocação de molas de suspensão, a lubrificação dos eixos; na aparência pequenas coisas, como aliás aconteceu e acontece com muitas descobertas simples mas que são decisivas para o desenvolvimento. Pode ser que as libertações de escravos ocorridas então nada tenham tido a ver com progressos técnicos, mas encontrem, sem dúvida, um maior fundamento no carácter profundamente espiritual das sociedades medievais. Mas esses progressos podem ter dado uma boa ajuda.

A partir do século XIV, porém, o desenvolvimento científico e tecnológico constante conduziu ao aumento das necessidades energéticas, o que significou procura de “mão de obra” de baixo preço. O desenvolvimento das navegações, que no século XVI aproximaram povos e nações praticamente desconhecidos, abriram novos horizontes e novas terras com novos produtos, e com enormes possibilidades para exploração agrícola e mineral. A pressão de maiores necessidades energéticas para exploração de territórios imensos sobrepôs-se à vontade espiritual de defesa da dignidade e de libertação humanas. E pouco foi possível fazer por parte de missionários, nomeadamente os Jesuítas, que lutaram corajosamente na defesa da liberdade dos povos escravizados. Nóbrega, Anchieta, António Vieira, para só referir os que actuaram principalmente no Brasil, são nomes dos mais ilustres, que não se calaram perante a injustiça e a violência da escravatura.

3. O homem substituído pela máquina:

No automatismo tecnológico “*a matéria sai enobrecida da fábrica, mas o homem degrada-se*” – o significado do trabalho como coisa humana desaparece quase completamente, cavando-se cada vez mais fundo o abismo entre o homem e o trabalho. Esta frase foi um alerta lançado por Pio XI na encíclica «*Quadragesimo Anno*». Será esta declaração uma condenação clara e completa da presença tecnológica em quase todos os aspectos da vida humana? De modo nenhum; mas obriga a pensar nas consequências do quase desaparecimento da parte criadora do trabalho humano, e nas suas consequências, quando olhamos para a produção em série, em que o operário se limita a repetir indefinidamente o mesmo gesto automático, ou se nem o gesto é necessário mas sim e apenas a vigilância monótona e muito limitada do funcionamento da máquina. A degradação da qualidade do trabalho arrasta consigo a degradação do trabalhador. Será que, neste ambiente tecnológico e automático, alguma vez o homem poderá sentir o «*orgulho do trabalho bem feito*», que dignifica e estimula? Ao falar do homem e do trabalho que realiza, estamos a falar de uma relação fundamental da existência humana, a relação com a matéria inerte, relação nobre e criadora, em que o trabalho realizado deve ser olhado como a marca da presença humana, activa e de qualidade, traduzindo no gesto o seu valor espiritual.

Nesta breve análise das consequências práticas dos contínuos avanços tecnológicos, não podemos olhar apenas para a perda de qualidade do gesto, porque a máquina, criada e construída pelo homem, realiza automaticamente tudo o que foi pensado e realizado por ele. É que há uma segunda consequência deste desenvolvimento tecnológico, em que o esforço humano foi sendo substituído pelo trabalho da máquina – o desenvolvimento e o automatismo, associados a uma vastidão de ofertas de produtos e a uma enorme simplificação do trabalho humano, veio reduzir drasticamente o número de postos de trabalho, dando origem a verdadeiras vagas de desempregados – é o drama da miséria na abundância. Este desemprego em massa, que arrasta consigo a fome e a doença, coincidiu com acontecimentos históricos relevantes: o fim das guerras napoleónicas (a desmobilização de exércitos), a primeira grande vaga de invenções, no início do século XIX, o aparecimento de grandes potências políticas e económicas, ávidas de poder e domínio, que fizeram ouvir a sua voz na

famosa Conferência de Viena (1815), onde os senhores do dinheiro e do poder político decidiram o novo mapa europeu e os seus poderes.

1815 foi a data apontada pelos historiadores como a primeira da sucessão de crises socioeconómicas que marcaram o século XIX, tendo os seus momentos mais dramáticos em 1847, com a tragédia de povos inteiros morrendo de fome perante a abundância económica dos senhores das produções de alimentos. Só na Irlanda foram quase dois milhões os que morreram à míngua ou emigraram, vendo os seus produtos serem exportados por bom preço para Inglaterra. Talvez pelas suas características e pela enormidade dramática das consequências, esta terrível crise de 1847 tem sido apontada como a predecessora, a “mãe” de todas as crises que se têm sucedido de então para cá, assentes numa relação humana com a matéria, ou com o ambiente, ou com os povos, profundamente errada. Bem recente, e ainda com sequelas difíceis de curar ou esquecer, tivemos a crise desencadeada pela bancarrota de uma das maiores instituições bancárias mundiais, Lehman Brothers (Setembro 2008); com ela, milhões de pessoas em todo o mundo, perderam tudo o que tinham. São bem conhecidos os factos humanos que acompanham as crises: o empobrecimento das classes médias e das classes que já são pobres, e o maior enriquecimento dos que já são ricos, ou dos novos ricos nascidos da adversidade.

Será este clima de crises que ciclicamente atinge povos e nações, uma fatalidade obrigatória, uma espécie de preço a pagar pelo desenvolvimento? Haverá alguma resposta positiva para um verdadeiro futuro humano?

**

Se analisarmos com um pouco de atenção os aspectos que têm caracterizado o desenvolvimento, e as respostas ou o esboço de respostas que têm sido propostas nesta contradição tripartida progresso/desemprego/desumanização, encontramos uma relação humana que se apresenta cada vez mais profundamente impregnada de egoísmo. E terá de ser por aí, no combate ao egoísmo, que se poderá encontrar o novo caminho da humanização da teoria económica dominante, cujo objectivo tem sido apenas o lucro, declaradamente ou disfarçadamente, qualquer que seja o meio utilizado para o conseguir.

Será bom, será útil, é necessário olhar atentamente para a palavra dos Papas da Igreja Católica que, desde Leão XIII («Rerum Novarum») até ao Papa Francisco («Laudato si»), vêm chamando a atenção para a necessidade de criar e defender a dignidade e oportunidade do trabalho,

respeitando o meio ambiente, a “casa comum” como lhe chamou o Papa Francisco. Sem pretenderem apresentar-se como mestres em economia social, têm insistentemente procurado lembrar aos responsáveis pela “coisa pública” que há princípios básicos que devem ser respeitados: o princípio da centralidade da pessoa humana (princípio personalista), o princípio do bem comum, o princípio da solidariedade e o princípio da subsidiariedade²⁰.

IV – ÉTICA - ÂMBITO

Falámos da Ciência e de vários dos seus aspectos, importância e desvios. Mas terá isto alguma coisa a ver com a outra palavra e o seu conceito, a Ética? Sem qualquer dificuldade podemos dizer que tem **tudo**, ou quase tudo, e a razão é bem simples – Ética é uma Ciência, capítulo da grande Ciência pré-aristotélica, quando esta englobava todo o conhecimento. Esse conceito alargado de Ciência, como vimos no início, englobava as ciências exactas, como a Biologia, a Geologia, a Astronomia, ou qualquer outro ramo da Ciência, e incluía as ciências não experimentais a que poderemos chamar *Ciências do Espírito*.

A Ética, como *Ciência do Espírito*, não experimental, tem as suas regras próprias. Na verdade, ao contrário das ciências experimentais, que constituem a Ciência em geral tal como é entendida hoje, com o seu rigor, controle e limites, os limites da Ética ultrapassam a razão, a objectividade, o controle da experiência. Por isso as regras apontadas para a Ciência como princípio geral, não se aplicam à Ética, como também não se aplicam a qualquer das *Ciências do Espírito* – o *saber humanístico* tem como limites apenas os que caracterizam o espírito humano, nas suas limitações perante o infinito. Os dados obtidos ou discutidos não são mensuráveis – não podemos medir o Bem ou o Mal, o Belo ou o Feio, o Amor ou o Ódio, e isto é uma realidade bem clara na sua definição. O conjunto de *Ciências do Espírito*, de que também faz parte importante a *Filosofia* no seu conceito actual, é um conjunto que não pode obedecer, pela sua própria natureza, a quaisquer regras estritas, que são a marca evidente das *Ciências exactas*.

Pelas suas características, podemos assim definir este capítulo muito especial da Ciência como *o estudo do ser humano, do seu modo de ser, do*

²⁰ Aconselha-se a leitura do *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*.

seu caracter, a partir do uso que ele faz das suas qualidades, isto é, a partir dos seus comportamentos.

Este estudo do ser humano através dos comportamentos constitui o estudo da **Relação Humana**, com ele próprio, com o outro, com a família, com o grupo, com os povos e as nações, isto é, com todos os seres humanos, qualquer que seja a situação, a raça, o lugar. Esta relação humana estende-se ainda para além das pessoas, ao ambiente que nos envolve e que, de um ou outro modo, nós podemos influenciar quer pela simples presença, no respeito pela natureza, quer por comportamentos disfuncionais ou destrutivos.

A Ética, como ciência, não estabelece regras de comportamento, não é normativa: o seu estudo dos comportamentos, das atitudes, das relações, permite sugerir caminhos que poderão ser adoptados como normas de atitude ou de acção. A norma é aceite ou decidida pela **Moral**, quer sob a forma de costumes, não escritos, transmitidos de geração em geração, quer sob a forma de leis ou recomendações, aceites pacificamente ou impostas pela força. De qualquer modo, no costume ou na lei, a norma não se dirige a um indivíduo isolado, mas à Pessoa na sua relação com os outros.

A **Moral** é, assim, uma espécie de complemento necessário da Ética; sem a Moral, a Ética ficaria em simples abstrações, sem aplicação prática. Do mesmo modo, a Moral, sem a Ética como seu fundamento, isto é, sem o estudo do Ser Humano, no seu modo de ser, no seu caracter, nos seus comportamentos, cairia num *moralismo* reducionista, insuportável, desvirtuando completamente a sua base, o seu fundamento.

A Ética, como base e finalidade do seu estudo, partindo de uma fundamentação assente nos valores e nos princípios, faz propostas, dá orientações, dirigindo-se à consciência das pessoas, indicando metas ou ideais de comportamento e atitude. É um *saber propositivo*, mas não normativo, uma vez que este caminho, o da norma, é o objecto da Moral. É aqui, neste quadro de propostas assentes em valores que se encontram fora e acima de todo o ambiente tecnológico e do seu imediatismo, que podem surgir atitudes de confronto e negação com os defensores do valor absoluto da **Ciência** e suas tecnologias.

Antes de continuar, devemos fazer uma referência, embora curta, a uma corrente ética que surgiu nos anos trinta do século passado – a Ética de Situação – que se espalhou principalmente depois da II Grande

Guerra, um pouco como consequência da situação caótica em que o mundo se encontrava e da crise do idealismo e da própria existência que a acompanhou.

Como o seu nome indica, trata-se de uma concepção da Ética adaptada às circunstâncias próprias do indivíduo; assim, desaparece ou passa para segundo plano a norma ética universal, comum a todos os humanos. Cada ser humano, sendo único, teria as suas normas individuais, de acordo com as circunstâncias, esquecendo que, sendo humano, tem em si exactamente os mesmos anseios e desejos de infinito de todos os seres humanos.

Esta tendência para defender um situacionismo ético infiltrou a generalidade das concepções éticas contemporâneas²¹. Um exemplo bem claro pode-se encontrar nas interpretações dos *princípios da Bioética Moderna* (Relatório Belmont²²) e sua adaptação “às circunstâncias”. Os *princípios da autonomia, da justiça, e da benevolência e não maleficência*, enunciados pelo *Relatório*, podem não ter sempre os mesmos significados, pois são alterados de acordo com as situações ou conveniências do momento – políticas ou sócio-económicas.

É fácil compreender que esta ética de circunstância, construída à medida de cada um, dos seus desejos, das suas conveniências psicológicas ou materiais, pretende esconder um individualismo que acabaria por destruir a qualidade da relação humana.

As propostas éticas, assim como os métodos científicos, marcam e definem a qualidade da presença humana na Vida e na História. É através do conjunto *Ciência-Ética* posto em prática por cada indivíduo nos seus comportamentos, que se torna possível compreender o valor de um povo nos momentos que marcam a sua presença histórica como facto positivo na civilização. Este é o passo fundamental da humanidade e do seu progresso para uma civilização superior (ou devia ser...) – a cultura do jogo de afectos, numa verdadeira, equilibrada e bem construída ***Ciência da Relação***.

²¹ Roque Cabral –Éticas *de situação*. Entrada na Enciclopédia Verbo, ed. Séc. XXI

²² A comissão que elaborou o Belmont Report, em 1978, foi denominada “National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research” (NCPHSBBR). Esta Comissão foi criada em 12 de julho de 1974. A sua denominação deve-se ao local onde foi discutida e redigida. A missão principal da Comissão era a elaboração de um documento abrangente e doutrinário, como de facto acabou por ocorrer.

2ª PARTE:

A RELAÇÃO HUMANA: AS PALAVRAS E OS ACTOS

I - CIÊNCIA E RELAÇÃO HUMANA

Vimos já que observar, estudar ou explorar a realidade envolvente definem o âmbito e a acção da **Ciência**. Existe, assim, uma relação entre a pessoa que observa e estuda e o objecto ou o ser vivo sobre o qual incide o interesse a que podemos chamar científico, se obedecer aos métodos e regras de toda a investigação científica. Se o estudo se dirige a outra pessoa, ou a um grupo de pessoas, a relação estabelecida deverá ser verdadeira comunicação; de contrário não é humana. Sem comunicar não é possível compreender – o suposto estudo nada mais será que aparências, físicas e comportamentais, de significado reduzido. Deixa de haver **Ciência**, neste caso humana, porque não há ciência humana sem relação que permita uma comunicação tão completa quanto possível. É comunicando que se aprende a descodificar, tornando possível uma análise científica que ultrapassa as aparências. No entanto, é necessário não esquecer que uma análise ou um estudo científicos não podem dispensar, pelo menos, três qualidades essenciais: a *racionalidade*, porque é a razão que permite trabalhar com os dados fornecidos pelo objecto de estudo, a *objectividade* que, na medida do possível, deverá excluir da análise as interferências da afectividade, ou da imaginação, e a *relatividade*, que coloca o analista numa posição de prudência, de modéstia, nas conclusões a que pensa ter chegado. Estas atitudes devem estar presentes no espírito do observador, sabendo embora que toda a comunicação humana possui sempre uma carga afectiva, e é limitada em qualquer análise, tal como todo o acto humano.

O que vimos atrás mostrou que existem caminhos que retiram à **Ciência** qualidades que são essenciais, e pretendem dar-lhe significados e dimensões que a tornam incapaz de cumprir os seus objectivos – são os *desvios* da ciência, como o *cientismo*, o *secularismo científico*, a *ciência funcional* ou “*behaviourista*”, o *transhumanismo*. Esta contém em si, ou deu origem à *ideologia de género*, forma destrutiva da própria ciência, através da introdução de ideias e comportamentos que desvirtuam em grande parte tudo o que a ciência conquistou no domínio da bio-fisiologia, da psicologia e da comunicação humana.

Na prática, é no *secularismo* que vamos encontrar todos os caminhos desviantes da actividade humana sob a capa de supostas qualidades, como certas interpretações de democracia, de pluralismo, de liberdade de expressão, de tolerância religiosa, e até da paz internacional. Ao propor e defender uma forma de estar e de relação humana que suprimem o sobrenatural e os valores que o caracterizam, olhando este caminho como tendência irreversível, o secularismo, em nome de um falso racionalismo, nega à Ciência o que lhe deu qualidade e marcou o conhecimento humano na sua compreensão da realidade.

Encontramos a defesa deste caminho de recusa da componente religiosa do ser humano na obra muito divulgada de Karen Armstrong²³. A autora, que diz combater o *fundamentalismo*, e só e apenas o fundamentalismo, depois de apontar os actos terroristas como terríveis exemplos, não hesita em chamar fundamentalistas a todos os que acreditam e defendem a sua religião. (...) «*Até os “fundamentalistas” mais pacatos e ordeiros são desconcertantes, pois parecem avessos a muitos dos valores mais positivos da sociedade moderna*». Por isso defende o “*enquadramento*” (entenda-se «limitação da liberdade») de todos os fundamentalistas (isto é os “religiosos”) como uma necessidade da civilização. A sua explicação para esta atitude, que nega descaradamente a Liberdade como qualidade humana essencial, é muito clara:

«Em meados do século XX acreditava-se que o secularismo era uma tendência irreversível e que nunca mais a Fé desempenharia um papel importante nos acontecimentos mundiais. Acreditava-se que, tornando-se mais racionais, os homens já não teriam necessidade da religião, ou a restringiriam ao âmbito pessoal e privado. Contudo, no final da década de 1970, os fundamentalistas começaram a rebelar-se contra essa hegemonia do secularismo e a esforçar-se para tirar a religião da sua posição secundária e recolocá-la no centro do palco».

Este tipo de linguagem mostra bem qual é a preocupação da autora, preocupação que vem na sequência de uma famosa enciclopédia sobre fundamentalismo²⁴ – garantir aos defensores da secularização que irão conseguir, seguramente, corroer «*as raízes religiosas do ocidente, confinando os “religiosos” na sua intimidade até que os mesmos sejam totalmente ani-*

²³ Karen Armstrong – «Em nome de Deus. O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo». Trad. portuguesa em edição brasileira – Companhia das Letras, S. Paulo, 2009.

²⁴ Martin E. Marty e R. Scott Appleby – *Projeto Fundamentalista*, em seis volumes. Publicação subsidiada pela Fundação MacArthur

quilados, e o homem pós-moderno possa continuar a ser o alvo de um projecto pseudo-civilizador sem religião»²⁵. Ao meter no mesmo saco os fundamentalistas extremistas com todos os que praticam e defendem a religião como uma necessidade humana, está a cumprir o programa do secularismo, numa verdadeira acção coordenada e inteligente: bloquear a resistência religiosa à Nova Ordem Mundial pela estigmatização verbal – qualquer tipo de defesa ou exibição pública da religião ou das pessoas religiosas deve ser marcada implacavelmente como “fundamentalista”.

A **Ciência** é tomada aqui como argumento ou justificação de secularização, sem nexos ou fundamentos, numa relação espúria com comportamentos que destroem o ser humano. O enquadramento ético da Ciência desaparece. A verdadeira relação humana do cientista com as pessoas, grupos ou povos que estão a ser objecto de estudo não tem lugar, não é possível. Esta *Ciência* desvirtuada, descaracterizada, é a negação daquilo que é hoje considerado como essencial para a sobrevivência no mundo actual – a adopção de comportamentos ecologicamente correctos, respeitando cuidadosamente tanto os seres vivos como o seu meio ambiente. Os disparates pseudo-científicos que vão atingindo os seres humanos são tais que justificaram mesmo a defesa de uma nova face da **Ciência Ecológica**²⁶ – é o Homem, é o ser humano que precisa de ser defendido: *«Hoje é o homem que é necessário proteger. Como prioridade. Não um homem fora da natureza, mas um homem enraizado, na sua cultura, no seu meio ambiente»²⁷*

II - ÉTICA e RELAÇÃO HUMANA – PERSPECTIVA SOCIO-POLÍTICA

Vimos que o estudo dos comportamentos, que é o objecto da Ética, conduz-nos à observação e análise das relações dos seres humanos consigo

²⁵ José Eduardo de Oliveira e Silva – *O Fundamentalismo*. Análise publicada em 22 Janeiro 2016, em *Pixabay CC0*

²⁶ Ecologia – ciência que estuda o meio ambiente e os seres vivos que vivem nele, ou seja, é o estudo científico da distribuição e convivência dos seres vivos, animais e vegetais e das interacções que determinam a sua distribuição, o seu crescimento ou o seu desaparecimento, assim como as acções possíveis para conseguir ou defender o equilíbrio ambiental. As interacções podem ser entre seres vivos e/ou com o meio ambiente. A palavra tem origem no grego “oikos”, que significa casa, e “logos”, estudo.

²⁷ Tugdual Derville – *Le Temps de l’Homme; pour une révolution de l’écologie humaine*. Ed. Plon, 2016. Do texto original: *« Aujourd’hui, c’est l’homme qui est à protéger. En priorité. Pas un homme “hors sol”, mais un homme enraciné, dans sa culture et dans son environnement».*

próprios, com os outros, com o meio em que se encontram. É esta *relação humana* que dá vida e justifica a existência, o esforço, a alegria, a paz, assim como explica o sofrimento, o ódio, a guerra.

A relação humana, nos seus diferentes comportamentos, traduz o uso que é feito da qualidade única e exclusiva dos humanos, e que os define como seres à parte no conjunto dos seres vivos – a ***Liberdade***. Na realidade, o ser humano é o único ser livre, e livre desde a origem; é livre porque, à medida que cresce, é capaz de **pensar**, de **escolher**, de **decidir**, e de **actuar**, cada vez mais conscientemente, sem a determinação cega e ordenada do instinto. Pensamento, escolha, decisão e acção, porque são pessoais e se realizam na relação com os outros ou com o meio, só é possível entendê-los e aceitá-los numa base de completa responsabilidade individual. A ***Liberdade***, como qualidade humana, não é uma quimera política, entendida num sentido absoluto e sem limites; é uma realidade, avaliada nos comportamentos para com os outros e para com o meio, em inteira, completa e exclusiva responsabilidade pessoal. Cada um é corresponsável pela construção de uma família, de uma sociedade, de um povo, em que os direitos e deveres de uns são os direitos e deveres de outros, na harmonia, na entreajuda, no respeito pela realidade biopsicológica de todo o ser humano.

Esta qualidade única, a ***Liberdade***, de que somos os responsáveis e beneficiários exclusivos, desafia-nos com três questões essenciais:

- *Aceito-me como ser livre?* Aceitar-me como ser livre significa estar bem consciente da responsabilidade pessoal nas escolhas e nos actos.

- *Tenho capacidade para ser livre?* É uma questão aparentemente descabida; o seu significado, porém, é muito mais profundo do que parece, e pode colocar-se assim – estou decidido a ser capaz de pensar, escolher e decidir por mim próprio, ou escondo-me atrás de outros como carneiro ou ovelha num rebanho?

- *Sou só eu que sou livre ou respeito também nos outros a possibilidade e o dever de serem livres?* Se me sirvo dos outros como degraus; se preparo programas que deixam os outros completamente dependentes da minha vontade; se me sirvo do poder para impor leis que destroem o exercício da liberdade responsável, então não respeito a liberdade essencial, não dou aos outros a possibilidade de serem completamente humanos.

Serão sempre as ***relações humanas*** que presidirão ao desenrolar da vida de todos e de cada um, construindo o dia a dia da História humana. Assim, e como exemplos, podemos acreditar que todo o edifício jurídico

que vem sendo construído desde Justiniano; ou Declarações solenes como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não fariam sentido se não fossem dirigidos às relações humanas. Nesta última, e para que não restassem dúvidas sobre o seu objectivo principal, a enumeração de direitos é encerrada no Artigo 29º com a declaração: «*Todo o ser humano tem deveres para com a comunidade (...)*». A lei deve «*assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem estar de uma sociedade (...)*» ou seja, deve promover e garantir relações humanas baseadas na justiça, na compreensão, na procura da harmonia.

Que *relações* é possível encontrar? Pode-se dizer que, ao longo dos tempos, se foram definindo três tipos de relações, sendo cada um deles caracterizado por um sentimento dominante²⁸:

- As *relações de dádiva*, em que predomina o **amor**;
- As *relações de troca*, determinadas pelo **interesse**;
- As *relações de imposição*, comandadas pelo uso do **poder**.

Mas o ser humano é demasiado complexo e insatisfeito para adoptar uma única forma de relação. Existe, sim, o domínio de uma sobre as outras, tendencialmente ou ocasionalmente, podendo ser largamente influenciado por ideologias, doutrinas políticas e económicas, ou princípios religiosos.

A Europa tem sido um cadinho de experiências, as mais diversas; nela, na sua História, podemos encontrar os três tipos de relação e as influências directas de regras ancestrais ou de princípios religiosos ou políticos: o culto da dádiva e da entreatura, da relação fácil e aberta, coexistindo com um certo desregramento (povos latinos do sul – influência católica); o culto do individualismo, compreendido como presença regrada, nas relações de troca baseadas no interesse pessoal do lucro, em que o espírito, o idealismo, não podem prejudicar a troca, a lei do mercado (povos germânicos ou saxónicos – influência calvinista; Adam Smith²⁹); o culto da força baseada no poder absoluto, presente ainda hoje em organizações supranacionais,

²⁸ Pedro Arroja – *Relação médico-doente: a visão do economista*. «Acção Médica», 79, nº 2, Junho 2015.

²⁹ Adam Smith, filósofo e economista britânico (1723-1790), publicou em 1776 o livro que o tornou famoso, com o seguinte título completo: «An Inquiry into the Nature and Causes of THE WEALTH OF NATIONS». A obra é conhecida pelo seu título abreviado – *A Riqueza das Nações*.

sob formas capciosas ou descaradas (a eterna tentação, um pouco por toda a Europa e igualmente pelo mundo).

Estas diferentes formas de relação, principalmente as duas primeiras, coincidem com áreas geográficas diferentes, em que a luz solar poderá ser considerada como um factor importante (mas não desculpabilizante...). A palavra da *Ciência* poderá ser útil para explicar um pouco deste comportamento diferente, chamando a atenção para a eventual interacção luz solar/relógio biológico na qualidade da relação humana.

Mas, para lá de possíveis influências sociais e/ou biológicas, continua sempre presente no espírito humano um desejo de absoluto, de procura ansiosa de um caminho ideal para um infinito que não sabe definir. Desde as regras hipocráticas da relação médico-doente, primeiro código de comportamento conhecido (± 500 anos BC), ao sonho ou discussão de sociedades ideais – a discussão filosófica de uma «República», de Platão, o confronto de comportamentos na «Cidade de Deus», de Sto Agostinho, o «Paraíso Perdido», de Milton, ou a «Utopia³⁰», de Tomás Moro – este desejo de encontrar a perfeição absoluta não larga o ser humano, desde a sua origem.

Dos autores citados atrás houve dois que não se limitaram a apresentar a sua visão da “cidade ideal”. John Milton, por exemplo, decidiu completar o seu “*Paraíso Perdido*” (*Paradise Lost – 1667*) com um segundo poema épico, bem diferente no conteúdo e na forma, a que chamou “*Paraíso reencontrado*” (*Paradise regained – 1671*). Já Santo Agostinho colocou em contraste duas cidades – a *cidade terrestre* em que domina o amor de si próprio até ao desprezo de Deus, e a *cidade de Deus* em que existe exactamente a posição contrária. Mas é especialmente interessante a sua visão destas duas cidades “que andam sempre confundidas até ao fim dos tempos”, tal como os seres humanos nos seus comportamentos.

O contraste entre o sonho e a realidade presente nas sociedades, hoje ou ontem, é demasiado duro, justificando completamente a pergunta: o que fizeram, o que fizemos, ou o que fazemos ou faremos da *Liberdade* que é a nossa qualidade exclusiva, através dos comportamentos que adoptamos?

O desaparecimento ou o esquecimento de valores de referência, ou quando o lucro ou o benefício pessoal, a qualquer custo, se impõe como objectivo na vida, a relação humana como condição de justiça e promoção

³⁰ Título original: «De Optimo Reipublicae Statu Duque Nova Insula Utopia» (Sobre o melhor estado de uma República e sobre a nova ilha da Utopia).

do espírito humano, é transformada numa relação de interesse, de mercado selvagem, sem regras e sem escrúpulos, ou numa relação de poder absoluto. É esse o panorama que podemos observar, como tendências ou já como realidades. Caímos naquilo a que se costuma chamar a “civilização dos três PPP” – o desejo insaciável da *Posse*, a ânsia do *Poder*, a procura louca do *Prazer*.

Ao longo dos tempos, mas principalmente nos séculos actuais (XX e XXI), em que a comunicação do conhecimento se tornou mais fácil e acessível, têm sido várias as vozes que se levantam contra o que é apontado como “o caminho do abismo”, consequência da perda ou abandono dos valores fundamentais do espírito humano, agarrados apenas ao suposto valor absoluto de uma **Ciência** em que foram esquecidos os seus próprios limites. Citaremos apenas alguns, dos últimos 150 anos, bem representativos dos gritos de alerta numa civilização em crise. São quatro exemplos do mundo da ciência, das letras e da filosofia que se juntaram, cada um à sua maneira, às vozes dos Papas da Igreja Católica, principalmente desde Leão XIII com as Encíclicas «*Rerum Novarum*» e «*Humanum Genus*».

1911 – Em França, Émile Faguet³¹, preocupado com o panorama libertino e inconsequente que se instalara em muitos centros de grande responsabilidade, escreveu um primeiro libelo acusatório a que deu o título «*Le culte de l'incompétence*», que foi imediatamente seguido por uma segunda denúncia - «*Et l'horreur des responsabilités*». Três anos depois a Europa mergulhou na tremenda I Grande Guerra.

1941 – Raymond Charmet, notável pintor, crítico de arte e escritor, deixou este testemunho escrito³², verdadeiro manifesto, tremendamente acusador: «*A alma de um Povo é o seu moral e o espectáculo do moral actual da França confrange o coração daqueles que conhecem a grandeza secular deste país e que ainda o amam. O aniquilamento da vontade, a imprevidência, o desleixo, o aviltamento dos costumes e dos caracteres, a vaidade e o prazer, tanto no povo como nas classes superiores, são sintomas da maior gravidade*». Somos levados a pensar «*se não haverá*

³¹ Émile Faguet, 1847 – 1916: escritor francês, crítico social e crítico literário.

³² Raymond Charmet (1904 – 1973) - «O mito moderno da Ciência»; texto que faz parte da obra dirigida por Louis de Broglie e Daniel Rops, “*L’Avenir de la Science*”; Plon, 1941, Paris. Trad. port. - «*Para além da Ciência*» - Liv. Tavares Martins, Porto, 1955.

uma verdadeira relação de causa/efeito entre este intelectualismo e esta derrocada (...)). A França encontrava-se destruída, ocupada pelos exércitos nazis.

1943 – Clive S. Lewis, o famoso escritor britânico das «Crônicas de Narnia», escolheu para título de um livro de crítica, alarme e denúncia, a expressão «*The Abolition of Man*», em que defende a lei natural e a necessidade premente de não permitir que a ciência seja invocada como pretexto para eliminar os valores que elevam o espírito e dignificam a Pessoa. Dizia ele: «*se a lei natural não for a norma, então o homem, o ser humano, é abolido, é extinto, já não é*». Estava em curso outra enorme catástrofe, prestes a atingir a loucura máxima da destruição, com a explosão das bombas atômicas – a II Grande Guerra.

2013 – Um filósofo francês, Pascal Chabot, lança um livro sobre aquilo a que chama a “doença do século”, o *esgotamento*. Chama-se «*Global Burnout*» e nele fala desta utópica sociedade do entretenimento e do consumo, num autêntico cúmulo do vazio e da frustração. As pessoas transformaram-se em máquinas, autómatas em vez de autónomas, possuídas pela doença do excesso que, em vez de aumentar os recursos os extingue. O cansaço surge como um tédio que nos deixa cada vez mais surdos às nossas reais necessidades, criando um vazio que alastra como um incêndio destruidor. É o *Esgotamento* instalado num vazio espiritual.

Quatro vezes de notáveis, seriamente preocupados com a incoerência e verdadeira auto destruição que tem feito caminho nas sociedades, sempre que as referências superiores do espírito são postas de parte, e se tomam os progressos reais ou imaginários da **Ciência** como a resposta absoluta às interrogações levantadas pela própria existência humana.

Que caminho seguir, que desvios é necessário corrigir, para além dos verdadeiros limites da Ciência e numa Proposta Ética superior?

O notável cientista francês Claude Bernard³³, numa análise aos «*três estados*» de Augusto Comte, dera já uma resposta crítica, ao afirmar que o homem terá sempre necessidade de crer, de raciocinar, de provar e de concluir. Mas o conhecimento certo “*não somente não é a mola única da vida, mas nem é a sua mola principal*” – agarrarmo-nos a essa ideia “*seria*

³³ Claude Bernard – médico fisiologista francês (1813-1878). Entre outras obras, escreveu a «*Introdução ao estudo da Medicina Experimental*» (1865), em que se encontram definidos os princípios fundamentais de toda a pesquisa científica. Ver Sertllanges, op. cit.

estancar a seiva do género humano e preparar catástrofes". O estado positivo seria o impossível "*reinado do racionalismo puro – reinado da cabeça e morte do coração. Os homens feitos pela ciência são monstros morais*". Pensemos um pouco nestas palavras.

III - A PEDAGOGIA da LIBERDADE

Feito o diagnóstico através do estudo ético dos comportamentos, isto é, do bom ou mau uso dessa maravilhosa qualidade exclusiva do ser humano, que é a **Liberdade**, será possível o reencontro do equilíbrio e dos valores que o garantem, abandonando a loucura da Posse, a ânsia de Poder ou a busca de Prazeres impossíveis e destruidores?

Disse atrás que a **Liberdade** é uma qualidade exclusiva do ser humano. Na verdade, os seres animais, mesmo os aparentemente mais próximos do ser humano, têm toda a sua vida comandada por instintos³⁴, inconscientes e naturalmente geneticamente regrados. O ser humano "escolhe" o seu comportamento, exactamente porque é livre, sem a força determinante de um instinto, inconsciente, que o conduziria obrigatoriamente a um acto preciso. O animal "sente" o que está à sua volta e reage em conformidade, de acordo com as normas inscritas no seu código genético.

O ser humano, para além de ser livre e porque é livre, é igualmente de uma tremenda complexidade. Se eu me quisesse colocar numa posição neutra de investigador, diria que, apesar de complexo (ou por causa disso...), o seu estudo é verdadeiramente apaixonante mas quase impossível, porque consegue ser e não ser, afirmar e negar, rir e chorar, construir e destruir, enfim, ser ele próprio e o seu oposto. Mas a par desta instabilidade que pode ter origem num espírito insatisfeito, em busca do infinito, e que dificilmente aceita a responsabilidade de ser livre, há momentos ou fases da vida em que ele se revela possuidor de qualidades e capaz de atitudes de grande valor – na mão que se estende num gesto de ajuda, na palavra espontânea que transmite afecto ao que sofre, na dedicação até ao extremo junto de abandonados ou perseguidos.

³⁴ Na definição filosófica de instinto – *impulso que conduz à realização de um acto de forma reflexa, inconsciente, com finalidade precisa*. Não exige inteligência nem aprendizagem. Graças aos instintos, os animais têm um padrão de conduta inato, regrado, comum a todos os da sua espécie.

Estas características do comportamento humano, por vezes tão desconcertantes, não só não impedem como tornam necessária uma **pedagogia educativa** que deve sempre acompanhar a transmissão de conhecimentos.

Pedagogia significa **Ciência da Educação**, o que quer dizer *estudo dos ideais educativos e dos processos ou técnicas para os transmitir*. O educador, se o quiser ser, deve ser o primeiro a aceitar e adoptar esses ideais, dando verdade à sua vida e à sua imagem perante os outros. É na atitude tomada pelo educador perante a vida e perante os valores que se pode avaliar a sua capacidade educativa na formação das novas gerações.

Noutro local, ao falar de processos educativos, sugeri³⁵ que existem quatro (ou cinco) formas de transmitir conhecimentos: a primeira, a *traumática*, consiste em atirar aos alunos números, factos, teorias, gestos, como quem atira pedras, numa espécie de vingança pela própria frustração pessoal. A segunda, a que chamei *pastosa* ou *ausente*, deixa escorrer o conhecimento (ou a sua forma deteriorada) como uma papa amorfa e sem sabor, esperando passivamente pelo último minuto da aula. A terceira, a *velhaca* ou *perversa*, aproveita-se da situação de dependência pedagógica e psicológica para impingir as suas teorias como factos, os seus conceitos como verdades, as suas ideias como “o” caminho. A quarta, a que poderemos chamar *apaixonante*, sabe transformar a aquisição de conhecimentos em momentos de interesse, e mesmo de alegria e de entusiasmo. Existirá ainda uma quinta forma, a que poderemos chamar *catavento*, em que os educandos nunca sabem “de que lado sopra o vento”. “*Como vem hoje (ele/ela)?*” é a pergunta que se ouve tantas vezes.

Esta é a realidade humana e é com ela que é possível trabalhar, numa **pedagogia de valorização** e nunca de exclusão. A pedagogia é um caminho, uma forma de descobrir valores e de saber colocá-los como referências. É um caminho que deve ser precocemente indicado, aproveitando tudo aquilo que a natureza humana possui e que permite construir relações humanas de qualidade, ou seja, é o caminho da educação para os afectos, condição de felicidade. É isto que a Ética nos sugere, é isto que a **Moral** nos aponta. É igualmente isto que dá qualidade à **Ciência**, como base sólida do seu método. Ao adoptar um comportamento que assenta em valores que não

³⁵ J. Boléo-Tomé – *Pensar educação*. «Acção Médica», 71, 3-4. Set/Dez 2007. Publicado igualmente em edição do I. S. E. C. (Instituto Superior de Educação e Ciência)

se apagam como modas e que deviam ter o seu reflexo jurídico, estamos a desenvolver relações humanas que ultrapassam os tempos, como sinais ou marcas que definem a pessoa, o grupo, o povo, a nação. O contrário será o abismo.

Exemplos? Encontram-se a cada passo na história pessoal, da família, das sociedades. Tomemos alguns como exemplos, com locais e tempos diferentes, como pequenos sintomas de qualidades ou realidades quase escondidas, mas que revelam uma resposta que pode ser surpreendente, ou uma compreensão humana do uso da *Liberdade*, do seu valor e da importância pedagógica da sua presença. Estes sintomas podem igualmente definir uma maneira de ser e de estar com os outros, muitas vezes escondida, sintomas que se apresentam como comportamentos individuais, ou que podem constituir características ou marcas de um grupo humano, ou mesmo de um Povo na sua forma de relação e na sua presença no mundo. O estudo desses sintomas ou sinais, quando repetidos como gestos que fazem parte de uma rotina de relação, permite compreender melhor a presença na História desses grupos ou povos, caracterizando-os e definindo-os. Alguns dos exemplos citados a seguir podem constituir um ponto de partida para o melhor conhecimento da realidade humana, quer pessoal, quer colectiva, mesmo quando se procura compreender a presença de uma pessoa, de um grupo, de um povo, na relação com outros.

- Lisboa, 1975, uma Escola secundária: um professor foi gravemente enxovalhado e mesmo agredido, ao ponto de um aluno achar que era de mais e chamar um soldado que passava, para pôr ordem naquilo. Nessa época não seria notícia se não fosse o facto de aquele professor ser conhecido pela sua forma exemplar e interessada de ensinar. Dizia a notícia (“Diário Popular”) que, no dia seguinte, o mesmo professor compareceu na escola e deu a sua aula de Matemática, como habitualmente, sem uma referência aos acontecimentos da véspera. Passaram-se alguns meses e foi possível ler, no mesmo jornal, uma pequena notícia surpreendente: o professor referido tinha sido eleito pelos alunos para a Direcção da Escola. A imagem de dignidade e de interesse pedagógico e humano, marcara profundamente os alunos. A pedagogia de um comportamento dedicado, exemplar, impôs-se perante jovens empurrados para a desordem e contestação mas ainda não «formatados».

- Um grande Hospital Psiquiátrico em Nova Iorque. Uma médica suíça, clínica geral, casada com um norte-americano³⁶, sentia-se inútil naquela gigantesca metrópole, onde não a deixavam trabalhar. Soube do enorme Hospital e dos seus doentes, muitos com internamentos de anos. Pediu licença para ser visitante voluntária, e foi autorizada. No seu trabalho diário, a médica experiente da Suíça pôde reconhecer o abandono, o vazio, a solidão e dedicou-se a estes doentes perdidos. Seis meses depois, uma parte significativa dos doentes internados tivera alta. Práticos como são, os Americanos convidaram-na para docente universitária na área das Relações Humanas.

- Um Hospital em Lisboa, onde fiz a minha preparação cirúrgica. O Director do Serviço tinha um hábito que me surpreendeu: todos os dias, quando chegava ao Serviço, ia com a Enfermeira Chefe “*dar os bons dias aos doentes*”, um por um. Perguntei-lhe porquê: “*Quando chegar a tua vez saberás*”. E assim foi: quando chegou a minha vez como Director de Serviço, decidi copiar o seu gesto matinal e quase todos os dias, às oito da manhã, ia com a Enfermeira Chefe “*dar os bons dias aos doentes*”. Um dia, uma doente que estivera internada no Serviço procurou-me para me agradecer os cuidados durante o internamento e explicou-me, sem o saber, o gesto do meu Mestre no internato: «*Sabe Sr. Dr., há uma coisa que há muito lhe quero dizer: Todas nós, no Serviço, estávamos sempre à espera dos “bons dias”; com eles o dia corria melhor; quando faltavam parecia que adoecíamos mais – obrigada*».

- Pequena notícia perdida num jornal diário: Balcãs - aquartelamentos das forças da ONU, início do século XXI. Um contingente português termina a sua missão; formados na parada, o general comandante da KFOR, um dinamarquês, faz as despedidas do estilo. Terminada a cerimónia, os Portugueses regressam a quarteis para prepararem o embarque de regresso à Pátria. Com grande surpresa, o general acompanha-os – quer dizer qualquer coisa diferente das palavras habituais. Já reunidos informalmente o chefe militar explica: os militares portugueses foram os únicos que não levantaram quaisquer problemas; pelo contrário, sempre que havia sarilhos, principalmente com a população, o general chamava-os porque estava convencido que só eles sabiam “*como conseguir boas relações humanas*”.

³⁶ Elisabeth Kubler-Ross.

- Guerra Peninsular (séc. XIX): os exércitos anglo-lusos perseguem as tropas napoleónicas através da Península até território francês. Um general inglês, ajudante de campo do futuro Duque de Wellington, escreve no seu diário a propósito dos soldados portugueses: «*Que gente é esta, que é capaz de entregar a água do seu cantil a feridos franceses abandonados pelos seus?*». Uma atitude humana de compaixão pode sobrepor-se a uma relação adversa, impressionando um chefe de um povo diferente, quer na sua forma de estar social, quer na sua forma de pensar ou de sentir.

A relação nasce com a vida e cultiva-se em sociedade. Não é uma técnica que qualquer um possa aprender, como se aprende um ofício; é um sentimento que está no olhar, no gesto, na palavra. É “quase” espontâneo, sendo despertado por um pequeno estímulo que não exige formulação racional. Por isso, eles não sabiam, *sentiam*; e pode existir uma enorme diferença entre *saber* e *sentir*.

Comentários, para quê? *A Relação Humana*, num quadro de valores sugerido pela Ética é a verdadeira razão de Vida, que não deixa que o vazio se instale. Quando se fala em “humanizar” fala-se afinal no regresso aos afectos, conscientes, esclarecidos, que são a base da relação. Fala-se igualmente, através do exemplo, numa verdadeira ***Pedagogia da Liberdade***. Com a **Ciência** e para além da **Ciência**, num caminho iluminado pela **Ética**.

O QUE NOS DIZ HOJE A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Pedro Maria Godinho Vaz Patto

O que nos diz hoje a doutrina social da Igreja - foi este o título que quis dar a esta minha comunicação. Não pretendo fazer uma exposição exaustiva da doutrina social da Igreja, nem dar um curso intensivo dessa doutrina (seria mesmo muito intensivo...). Não teria tempo para isso. Quero apenas acenar a alguns pontos dessa doutrina que podem servir de luz para algumas temáticas que marcam a nossa actualidade. Parece-me que essa luz é particularmente esclarecedora e benéfica.

A doutrina social da Igreja não é um conjunto de receitas, de soluções acabadas, um programa de governo. Assenta em princípios a partir dos quais podem surgir propostas concretas nem sempre coincidentes. É natural que entre os católicos existam divergências sobre a forma de concretizar esses princípios. Isso sucede entre os vários membros da Comissão Nacional Justiça e Paz, a que presido. Mas também não podemos reduzir a doutrina social da Igreja a um conjunto de princípios muito vagos e inconsistentes, sem implicações, como se pudessem justificar tudo e o seu contrário. Por isso, também pode ser fecundo o diálogo a partir de diferentes perspectivas e sensibilidades (como procuramos fazer na Comissão Nacional Justiça e Paz). Afirma a este respeito o Papa Francisco na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (n. 182):

«Os ensinamentos da Igreja acerca de situações contingentes estão sujeitos a maiores ou novos desenvolvimentos e podem ser objecto de discussão, mas não podemos evitar ser concretos – sem pretender entrar em detalhes – para que os grandes princípios sociais não fiquem meras generalidades que não interpelam ninguém. É preciso tirar as suas consequências práticas, para que “possam incidir com eficácia também nas complexas situações hodiernas”».

O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (para que o Papa Francisco remete nessa exortação apostólica, aconselhando vivamente a sua leitura¹) enuncia como princípios básicos dessa doutrina os seguintes: o princípio da centralidade da pessoa humana (princípio personalista), o princípio do bem comum, o princípio da solidariedade e o princípio da subsidiariedade.

O princípio da centralidade da pessoa humana

O princípio da centralidade da pessoa humana é enunciado deste forma na constituição do concílio Vaticano II *Gaudium et Spes* (n. 25): «a pessoa (...) é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais.» São muitas as implicações deste princípio.

Ele assenta na visão bíblica e cristã do ser humano criado à imagem e semelhança de Deus e chamado a uma vida de comunhão com Deus.

Cada pessoa (não só a Humanidade em geral) tem uma dignidade como ser único e irrepetível. É fim em si mesma, não pode ser reduzida a objeto ou instrumento ao serviço de fins que lhe sejam alheios.

A dignidade da pessoa deriva do simples facto de ela ser membro da espécie humana, não de qualquer atributo ou capacidade que possa variar em grau ou que possa ser adquirido ou perder-se nalguma fase da existência. Depende do que ela é, não do que ela *faz* ou *pode fazer*. A dignidade da pessoa é sempre a mesma, não varia em grau conforme maiores ou menores capacidades cognitivas, não é maior nas pessoas mais inteligentes ou menor nas menos inteligentes. Não depende da raça, do sexo ou da idade. Não se vai adquirindo progressivamente até à idade adulta, existe na sua plenitude desde o início da vida. Não deixa de existir pela deficiência ou pela doença, físicas ou mentais, por muito profundas que elas sejam. Não se perde com a idade avançada, a demência, ou o estado comatoso. A proteção decorrente do reconhecimento de direitos humanos justifica-se ainda mais, precisamente, quanto aos seres humanos que são mais vulneráveis, por si mesmos ou pela fase da existência por que passam (o embrião, o feto, o recém-nascido, o deficiente profundo, o demente, o doente em fase terminal, o comatoso). Não é por terem capacidades cognitivas inferiores até à de animais não

¹ Há um “compêndio” dirigido aos jovens (*Docat- Como agir*), recentemente publicado, cuja leitura também é muito útil para os adultos, especialmente os que se assustam com o maior número de páginas do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*

humanos que esses seres humanos mais vulneráveis perdem dignidade em relação a estes, ao contrário do que sustenta o filósofo Peter Singer.

Podemos identificar já implicações deste princípio, muito concretas, em relação ao aborto (o embrião e o feto são os «*mais pobres dos pobres*» – dizia Teresa de Calcutá), ao aborto motivado pela deficiência do feto², ou à eutanásia (a vida não perde dignidade com a doença, por muito grave qu ela seja).

Não reduzir a pessoa a objeto é o que leva à rejeição da legalização da chamada “maternidade de substituição” (já aprovada entre nós em algumas situações), ou da legalização da prostituição (cuja proposta também já foi anunciada). Nestes casos, pode dizer-se que a pessoa e o seu corpo (considerando que a pessoa é um corpo, não *tem* um corpo) é reduzida a objeto de um contrato.

A pessoa humana é dotada de uma dignidade que a distingue das outras espécies animais. Também este é um princípio que já deixou de ser indiscutível: há quem rejeite a dignidade superior da espécie humana.

Sobre esta questão, vem a propósito recordar o que afirma o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si*.

Há que reconhecer o valor próprio de cada criatura, que, cada qual a seu modo, reflete sempre a «*uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus*» (n. 69), porque «*todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós*» (n. 84). O Papa denuncia a incoerência de quem pretende proteger outras espécies e não o faz com tanto vigor quando está em causa a espécie humana, incluindo na sua fase embrionária (n. 90, n. 91 e n. 120); mas não contrapõe a proteção do ser humano e a proteção de outras espécies animais: «*a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas*» (n. 92).

Daí não deriva, porém, o esquecimento da especificidade da posição do ser humano na ordem da criação, como se fôssemos «*todos iguais, todos animais*»:

² Recentemente, a proibição, em França, da exibição televisiva do *spot Chère future maman*, que mostrava a felicidade de crianças e jovens com trissomia 21, veio chamar a atenção para o facto de a deteção desta deficiência conduzir ao aborto em mais de noventa por cento dos casos.

«A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”. São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita”. Todos aqueles que estão empenhados na defesa da dignidade das pessoas podem encontrar, na fé cristã, as razões mais profundas para tal compromisso. Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador, num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido! O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia” (Jr 1, 5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”» (n. 65)

As implicações do princípio da centralidade da pessoa humana estendem-se a outros campos, e também ao da economia. O Papa Francisco tem acentuado este princípio com insistência: a economia, a empresa, os mercados, devem estar ao serviço das pessoas, e não o contrário. As suas críticas vigorosas àquela a que ele chama “*economia que mata*”, e à “*autonomia absoluta dos mercados*” tem-lhe valido acusações de “*marxismo*”. Mas são acusações injustas, precisamente porque o princípio da centralidade da pessoa é estranho ao coletivismo marxista (capaz de sacrificar a pessoas ao coletivo).

Podemos descobrir facilmente implicações deste princípio da centralidade da pessoa no âmbito da economia. E implicações relativas também a muitas questões que estão na ordem do dia. Também para elas vale o título desta minha comunicação: *O que nos diz hoje a doutrina social da Igreja*.

A busca do lucro não é, em si mesma, ilegítima. Mas já o será se essa busca conduzir ao sacrifício de direitos fundamentais da pessoa do trabalhador.

Como encarar, por exemplo, a questão dos despedimentos? Pode um despedimento, individual ou coletivo, ser exigido pela necessidade de evitar, a curto ou longo prazo, a insolvência da empresa. Nesse caso, será legítimo como uma forma de salvaguardar ainda postos de trabalho na me-

dida do possível. Mas já não o será se (como já tem sucedido com grandes empresas multinacionais) a empresa tem lucros e pretende, com os despedimentos, aumentar esses lucros (com a valorização das suas ações). Neste caso, é claro que esta decisão da empresa não está ao serviço da pessoa humana, está ao serviço da busca do lucro, a este se sacrifica a pessoa.

Quando se afirma a vantagem de reforçar a competitividade das empresas portuguesas através de uma política de baixos salários, também não se tem presente o princípio da centralidade da pessoa na economia. Se a competitividade das empresas não traz benefícios às pessoas que nela trabalham e que deveriam ser o seu centro e razão de ser, de pouco ou nada serve.

A vida económica caracteriza-se por um cada vez maior dinamismo, e daí a vantagem de uma cada vez maior flexibilidade das relações laborais. Mas se essa flexibilidade se traduz numa precariedade que impede aquele mínimo de estabilidade necessário à constituição de família, geração e educação dos filhos, já estamos a subordinar as exigências básicas da realização pessoal às exigências da vida económica, quando, à luz do princípio da centralidade da pessoa, deveria verificar-se precisamente o contrário³.

A família, célula vital da sociedade

A pessoa humana, que deve ser o «*princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais*», não é o indivíduo isolado; ela realiza-se na comunhão com Deus e com as outras pessoas. É criada à imagem e semelhança de um Deus uno e trino, de um Deus que é comunhão de pessoas.

A vocação comunitária da pessoa é vivida, antes de mais, na família, como núcleo social fundamental. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, depois de enunciar os princípios dessa doutrina, logo a seguir, dedica um capítulo à família como «*célula vital da sociedade*».

Na recente exortação apostólica *Amoris laetitia* (n. 52), o Papa Francisco salienta deste modo o papel social da família:

³ Afirma, a este respeito, o Papa Bento XVI, na encíclica *Caritas in veritate* (n. 25): «*A mobilidade laboral, associada à generalizada desregulamentação, constitui um fenómeno importante, não desprovido de aspectos positivos porque capaz de estimular a produção de nova riqueza e o intercâmbio entre culturas diversas. Todavia, quando se torna endémica a incerteza sobre as condições de trabalho, resultante dos processos de mobilidade e desregulamentação, geram-se formas de instabilidade psicológica, com dificuldade de construir percursos coerentes na própria vida, incluindo o percurso rumo ao matrimónio.*».

«Ninguém pode pensar que o enfraquecimento da família como sociedade natural fundada no matrimónio seja algo que beneficia a sociedade. Antes pelo contrário, prejudica o amadurecimento das pessoas, o cultivo dos valores comunitários e o desenvolvimento ético das cidades e das aldeias. Já não se adverte claramente que só a união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher realiza uma função social plena, por ser um compromisso estável e tornar possível a fecundidade. Devemos reconhecer a grande variedade de situações familiares que podem fornecer uma certa regra de vida, mas as uniões de facto ou entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não podem ser simplistamente equiparadas ao matrimónio. Nenhuma união precária ou fechada à transmissão da vida garante o futuro da sociedade. E, todavia, quem se preocupa hoje com fortalecer os cônjuges, ajudá-los a superar os riscos que os ameaçam, acompanhá-los no seu papel educativo, incentivar a estabilidade da união conjugal?».

Devemos, assim, considerar a família como um bem público, um bem social. Podermos encarar a família na perspectiva do seu relevo privado, como um bem para a realização pessoal (no plano afetivo, espiritual ou outros) de cada um dos seus membros, de cada um de nós. Mas devemos também encará-la na perspectiva do seu relevo social, no bem que representa para a sociedade no seu todo. Afirma o sociólogo da família italiano Pierpaolo Donati que *«a família é a fonte vital das sociedades mais portadoras de futuro»*, pois é *«da família que provem o capital humano, espiritual e social primário de uma sociedade»*. Podemos dizer também, nesta linha, que a saúde e coesão de uma sociedade dependem da saúde e coesão da família.

Esta ideia ajuda-nos a compreender, entre muitas outras coisas, o essencial do que está em jogo na discussão sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Porque a questão da regulação jurídica do casamento tem a ver com o relevo e a função social da família, há que verificar se são os mesmos o relevo e a função social de uma união entre um homem e uma mulher, por um lado, e o relevo e a função social de uma união entre pessoas do mesmo sexo. A diferença de tratamento entre uma e outra dessas uniões justifica-se pela diferença desse relevo e dessa função social. Não se trata de discriminar pessoas em função da sua orientação sexual. Não se trata de negar o direito à felicidade pessoal de ninguém. Não se trata de regular afectos. «O Estado não tem que dizer quem ama quem»- ouviu-se dizer aos partidários da legalização do casamento homossexual. É verda-

de, mas o que está em causa não é isso. Não está em causa o relevo privado, o apoio afetivo que a família pode representar. Trata-se do reconhecimento social e jurídico da primeira e mais básica das instituições sociais.

Vem a propósito referir como é da família, da sua saúde e coesão, que dependerá a saída para a mais grave crise social com que se deparam hoje as sociedades europeias (e, cada vez mais, também outras sociedades): a crise demográfica, uma crise sem paralelo na História, porque normalmente as crises demográficas decorriam de guerras ou períodos de graves carência, que hoje não se verificam.

Por muito generosas e adequadas que sejam as medidas económicas e sociais de promoção da natalidade, elas não serão suficientes. Essa chave situa-se no plano da cultura e da mentalidade. O Papa Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 44) fala, a este respeito, em «cansaço moral» e «falta de confiança no futuro» como causas da crise da natalidade. Há que acreditar na família como um projecto duradouro, assente num compromisso de doação total, não na volatilidade dos sentimentos. Só nesse contexto é razoável a decisão de ter filhos. A legislação vigente, que facilita em extremo o divórcio e faz do casamento o mais instável dos contratos, veicula uma mensagem cultural de sinal contrário. Há que contrariar esta e outras mensagens deste tipo. Também neste aspeto, da saúde e da coesão da família depende a saúde e coesão da sociedade⁴.

O princípio do bem comum e o princípio da solidariedade

O princípio do bem comum é um dos princípios fundamentais da doutrina social da Igreja, que a *Gaudium et Spes* também associa à natureza e ao fim da comunidade política. Nela se afirma a este respeito (n. 74):

«Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, têm consciência da própria insuficiência para realizar

⁴ Afirma, a propósito da crise demográfica, Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 44): «Deste modo, torna-se uma necessidade social, e mesmo económica, continuar a propor às novas gerações a beleza da família e do matrimónio, a correspondência de tais instituições às exigências mais profundas do coração e da dignidade da pessoa. Nesta perspectiva, os Estados são chamados a instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, célula primária e vital da sociedade, preocupando-se também com os seus problemas económicos e fiscais, no respeito da sua natureza relacional».

uma vida plenamente humana e percebem a necessidade duma comunidade mais ampla, no seio da qual todos conjuguem diariamente as próprias forças para cada vez melhor promoverem o bem comum. E por esta razão constituem, segundo diversas formas, a comunidade política. A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.»

O princípio do bem comum serve de antídoto à crise de participação política que se traduz em níveis crescentes de abstenção em eleições. Quanto maior for a consciência da importância do bem comum, menor será a tentação de fechamento num círculo individual e de demissão ou indiferença perante os destinos da comunidade, tentação que muitas vezes (nem sempre, é certo) está por detrás da abstenção.

Deverá ser o critério do bem comum a orientar as escolhas políticas de cada pessoa. Não, portanto, o interesse individual ou de grupo. Deverei votar em que dá mais garantias de servir o bem comum, não necessariamente em quem me assegure mais benefícios pessoais, ou assegure mais benefícios para a minha categoria profissional.

O bem comum é, pois, o bem de todos e de cada um. Não é a soma de bens individuais, mas também não é o bem de um todo que se sobrepõe às partes (porque cada parte, cada pessoa, tem um valor por si mesma, é um “todo” por si mesma). Não é, por isso, o bem do “maior número” numa perspectiva utilitarista, o bem de uma maioria que sacrifica bens fundamentais da minoria.

A democracia, que supõe o respeito pela regra da maioria, não pode assentar no domínio absoluto da maioria (como o comprova a experiência das chamadas *primaveras árabes*, que em muitos casos tornaram mais difíceis as condições das minorias cristãs, cujos direitos eram relativamente respeitados por anteriores ditaduras). Se num país a classe média constitui a maioria da população e os pobres são minoria e não têm peso eleitoral para decidir as eleições, o bem comum exige que os direitos destes não sejam esquecidos ou menosprezados. Porque o bem comum não é o bem da maioria, é o bem de todos e de cada um.

Ainda a respeito do bem comum, será de realçar o que afirma a *Gaudium et Spes* sobre o amor da Pátria e o bem comum universal (n. 75):

«Os cidadãos cultivem com magnanimidade e lealdade o amor da pátria, mas sem estreiteza de espírito, de maneira que, ao mesmo tempo,

tenham sempre presente o bem de toda a família humana, que resulta das várias ligações entre as raças, povos e nações.»

É, pois, saudável o amor da pátria, mas não o “nacionalismo de exclusão”, que se opõe à fraternidade universal e vê com hostilidade refugiados e imigrantes.

Com o princípio do bem comum está estreitamente ligado o princípio da solidariedade.

Sobre a solidariedade, afirma o São João Paulo II na encíclica *Sollicitudo rei socialis* (n. 38):

«A solidariedade é também uma verdadeira e própria virtude moral, não um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.»

O destino universal dos bens e a propriedade privada

A propósito de princípio de bem comum, o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (nºs 171 a 176) aborda um outro princípio, com ele (e também com o princípio da solidariedade) estreitamente ligado: o princípio do destino universal dos bens. E aborda a relação deste princípio com o da propriedade privada.

A raiz do destino universal dos bens reside na vontade de Deus-Criador: Deus destinou os bens que criou a todos os seres humanos, sem excluir ninguém.

Há, assim, um direito ao uso universal dos bens; toda a pessoa deve usufruir dos bens necessários ao seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um direito natural, inscrito na natureza humana, e não de um direito somente positivo, ligado à contingência histórica.

Destino e uso universal não significam que tudo esteja à disposição de cada um ou de todos, e nem mesmo que a mesma coisa sirva ou pertença a cada um ou a todos. Se é verdade que todos nascem com o direito ao uso dos bens, é igualmente verdadeiro que, para assegurar o seu exercício equitativo e ordenado, é necessário um ordenamento jurídico que determine e especifique tal exercício.

O destino universal dos bens deve articular-se com o direito à propriedade privada. Este é uma garantia da autonomia pessoal e familiar, um prolongamento da liberdade humana e uma condição das liberdades civis.

Estimula a responsabilidade, a criatividade e a laboriosidade. Todos devem ser, nalguma medida, proprietários.

Mas entre o destino universal dos bens e a propriedade privada, é o primeiro desses princípios que deve prevalecer. A propriedade tem uma função social (ou uma “hipoteca social”). Deve facilitar, e não dificultar, o destino universal dos bens.

Mas como é que, concretamente, se articulam estes dois princípios? Como é que a propriedade privada pode facilitar o destino universal dos bens e em que circunstâncias o contraria?

Se a propriedade privada serve para o seu titular constituir uma família e sustentá-la, ajudar pessoas desfavorecidas e instituições de solidariedade social, está, inegavelmente, a contribuir para o destino universal dos bens. E assim também se serve para investir e criar novos postos de trabalho; esta pode ser, aliás, uma forma de viver a parábola evangélica dos talentos.

Articular os princípios da propriedade privada e do destino universal dos bens é o objetivo do projeto de “economia de comunhão”: um projeto surgido no âmbito do Movimentos dos Focolares, em que empresas se propõem, livremente, destinar os seus lucros à inclusão social dos pobres, à formação de pessoas na cultura da doação e da partilha e ao crescimento da própria empresa. E assim também as várias expressões da chamada “economia social”.

A propriedade privada, pelo contrário, contraria o destino universal dos bens se serve para simples especulação ou acumulação do supérfluo, ou em situações de inutilização de casas ou terrenos.

O sistema fiscal pode ter como objetivo, entre outros, precisamente, a articulação entre a propriedade privada e o destino universal dos bens, contribuindo para a redistribuição da riqueza e a atenuação das desigualdades. A ação concertada das comissões justiça e paz europeias do ano passado pretendeu chamar a atenção para o papel de uma tributação justa na correção de desigualdades crescentes⁵. O que se vem verificando é que,

⁵ Um estudo da organização *Oxfam International*, publicado em janeiro de 2015, intitulado *Working for the few*, revela que, no plano mundial, os 10% mais ricos detêm 84% da riqueza e os 70% mais pobres detêm apenas 3%. Sete em cada dez pessoas habitam países onde as desigualdades se acentuaram nos últimos trinta anos. Portugal situa-se entre os países de “desigualdade média”, em que os 10% mais ricos detêm mais de 50% da riqueza.

Salienta esse estudo que alguma desigualdade pode ser reflexo da compensação do esforço e do mérito, mas os níveis de desigualdade hoje prevalentes vão muito para além disso.

em grande medida graças aos chamados “paraísos fiscais”, acabam por ser os mais ricos que menos pagam – contra estas injustiças reagiram as comissões justiça e paz europeias nessa ação concertada.

A consciência do papel do sistema fiscal na prossecução do bem comum e do destino universal dos bens levaria a encarar de uma forma mais positiva o dever de pagar impostos, ainda visto com relutância por muitos cidadãos portugueses (*morrer e pagar impostos, quanto mais tarde melhor - ouve-se dizer...*).

O princípio da subsidiariedade

Outro princípio fundamental da doutrina social da Igreja é o princípio da subsidiariedade. O Catecismo da Igreja Católica a ele se refere nestes termos (n. 186):

«Com base neste princípio, todas as sociedades de ordem superior devem pôr-se em atitude de ajuda (“subsídium”) – e portanto de apoio, promoção e incremento – em relação às menores. Desse modo os corpos sociais intermédios podem cumprir adequadamente as funções que lhes competem, sem ter que cedê-las injustamente a outros entes sociais de nível superior, pelas quais acabariam por ser absorvidos e substituídos, e por ver-se negar, ao fim e ao cabo, dignidade própria e espaço vital.»

A *Gaudium et Spes*, por seu turno, alude a este princípio deste modo (n. 75):

E traduzem-se não apenas numa desigualdade de resultados, mas numa desigualdade de oportunidades, uma desigualdade à partida, que para muitos impede ou dificulta o acesso à educação e ensino. Entre os fatores que explicam tão forte desigualdade contam-se as distorções do sistema fiscal: evasão, paraísos fiscais, reduzida tributação dos rendimentos de capitais face aos rendimentos do trabalho.

Segundo um outro estudo da mesma organização, mais recente, publicado em janeiro deste ano, intitulado *An Economy for the 99%*, 1% da população mundial detém uma riqueza equivalente aos restantes 99% e oito pessoas detém uma riqueza equivalente à da metade mais pobre de toda a população mundial.

Um outro estudo, publicado em maio de 2015, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.), intitulado *In it together – why less inequality benefits all*, revela que os níveis de desigualdade atingem atualmente o máximo dos últimos trinta anos. Na década de 80 do século passado, a proporção entre os recursos dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de um para sete. Hoje é de um para dez. Numa lista de 33 países, Portugal ocupa o sétimo lugar dos mais desiguais.

«Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem da sua atividade legítima e eficaz; pelo contrário, procurem de bom grado promovê-la ordenadamente. Evitem, por isso, os cidadãos quer individual quer associativamente, conceder à autoridade um poder excessivo, nem lhe peçam, de modo inoportuno, demasiadas vantagens e facilidades, de modo a que se diminua a responsabilidade das pessoas, famílias e grupos sociais.»

O princípio da subsidiariedade contraria uma concepção de Estado onnipotente, monopolista e centralizador, que suprime a liberdade, mas também a responsabilidade, das pessoas e dos grupos sociais menores. Mas também não se confunde com a concepção liberal do Estado mínimo. Estado supletivo, ou subsidiário, não é o Estado omissivo ou indiferente, é o Estado que regula as iniciativas da sociedade civil em função do bem comum, as apoia quando o bem comum o exige e supre as suas insuficiências também quando o bem comum o exige. Em suma, não deve dizer-se: “quanto mais Estado, melhor”; mas também não deve dizer-se: “quanto menos Estado, melhor”.

O princípio da subsidiariedade tem sido invocado no direito europeu, a propósito da repartição de competências entre a União e os Estados membros.

Será particularmente oportuno tê-lo presente quando se discutem questões relativas à reforma do Estado Social. Podemos dizer que na raiz do Estado Social está o princípio da solidariedade. O desafio da reforma do Estado Social deve passar não pela desvalorização do princípio da solidariedade que está na sua base, mas pela articulação desse princípio com o da subsidiariedade.

As iniciativas da sociedade (entre elas as da Igreja) no âmbito da solidariedade social são marcadas pela proximidade das situações concretas, pela espontaneidade de quem é movido por ideais (é este o seu “dever ser”). Toda a comunidade ganha com isso, com a genuinidade de uma motivação (a caridade na correta aceção da palavra) que não se impõe ou decreta. Não se trata, pois, apenas de poupar despesas ao Estado.

Sobre esta questão, afirma o Papa emérito Bento XVI, na encíclica *Deus caritas est* (n. 28):

«O amor – caritas – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor, prepara-se para se desfazer do homem enquanto homem. Sempre haverá sofrimento que necessita de consolação e ajuda. Haverá sempre solidão. Existirão sempre também situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo. Um Estado, que queira prover a tudo e tudo açambarque, torna-se no fim de contas uma instância burocrática, que não pode assegurar o essencial de que o homem sofre – todo o homem – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal. Não precisamos de um Estado que regule e domine tudo, mas de um Estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio de subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade aos homens carecidos de ajuda. A Igreja é uma destas forças vivas: nela pulsa a dinâmica do amor suscitado pelo Espírito de Cristo. Este amor não oferece aos homens apenas uma ajuda material, mas também refrigério e cuidado para a alma – ajuda esta muitas vezes mais necessária que o apoio material. A afirmação de que as estruturas justas tornariam supérfluas as obras de caridade esconde, de facto, uma concepção materialista do homem: o preconceito segundo o qual o homem viveria “só de pão” (Mt 4, 4; cf. Dt 8, 3) – convicção que humilha o homem e ignora precisamente aquilo que é mais especificamente humano.»

Mas da consideração das iniciativas espontâneas da sociedade civil não pode decorrer a desresponsabilização do Estado na área social. A responsabilidade deste, segundo um critério de subsidiariedade, é a de apoiar essas iniciativas da sociedade civil, e também de suprir as suas eventuais omissões (porque essas iniciativas não cobrem todas as necessidades).

Talvez o âmbito onde entre nós menos se respeita o princípio da subsidiariedade seja o do ensino (a recente polémica sobre os contratos de associação revelou isso mesmo). Também aqui o Estado não deveria ter pretensões monopolizadoras e admitir ou apoiar o ensino não estatal apenas onde ele, Estado, não chega. Isso representa a inversão do princípio da subsidiariedade: a supletividade das iniciativas da sociedade civil, e não,

como deveria verificar-se de acordo com tal princípio, a supletividade da iniciativa do Estado. Não se trata apenas de desburocratizar, nem de discutir se o ensino não estatal é, ou não, menos dispendioso ou é, ou não, de melhor qualidade. Trata-se de respeitar a liberdade de escolha dos pais, que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 26º, nº 3), têm a prioridade na escolha do tipo de educação dos filhos (sendo certo que o tipo de educação dos filhos envolve sempre uma multidividência que pode corresponder, ou não aos valores existenciais mais íntimos e preciosos vividos pela pessoa e pela família). Quando o Estado financia escolas não estatais, não está a desviar fundos públicos para fins privados, está a permitir que a liberdade de escolher essas escolas não fique reservada às famílias de maiores recursos.

O princípio da subsidiariedade apela à iniciativa e responsabilidade de cada um de nós, que não espera do Estado, ou de outras instituições de âmbito mais alargado, a resolução de todos os problemas. Na sua esfera, dentro do que está ao seu alcance, ninguém deve demitir-se. Nenhum de nós tem poder para mudar o mundo, mas pode certamente deixá-lo melhor naquilo que depende de si.

Conclusão

Gostaria de concluir com as palavras do Papa Francisco no prefácio do livro a que acima me referi, o *Docat – Como agir*, um “compêndio” de doutrina social da Igreja dirigido aos jovens, mas muito interessante e útil também para os adultos. Estas palavras são dirigidas aos jovens, mas também poderiam ser dirigidas aos adultos:

« Quando hoje vos convido a conhecer realmente a Doutrina Social da Igreja, não estou a imaginar grupos que se sentam a discutir debaixo de uma árvore. Isso é bom. Fazei isso! Mas o meu sonho é maior: eu espero que um milhão de jovens, mais ainda, que uma geração inteira, seja, para os seus contemporâneos, uma Doutrina Social em movimento. O mundo só mudará quando Homens com Jesus se entregarem por Ele, com Ele forem para as periferias e para o meio da miséria. Ide também para a política e lutai pela justiça e pela dignidade humana, sobretudo

dos mais pobres. Todos vós sois a Igreja. Trabalhai para que esta Igreja se transforme, para que seja viva, porque se deixa interpelar pelos gritos dos desprovidos de direitos, pelos clamores dos que sofrem todo o tipo de necessidades e daqueles pelos quais ninguém se interessa.

Ponde-vos, portanto, vós mesmos em movimento. Se muitos colaborarem nesta ação comum, então as coisas irão melhorar neste mundo e os Homens poderão sentir que o Espírito de Deus age através de vós. E talvez então vós sereis como tochas que tornam mais claro para esta Humanidade o caminho para Deus.»

Ponta Delgada, 19 de janeiro de 2017

MULTICULTURALISMO – O que é que corre mal? –

Aires Gameiro

Numa visita a Toronto dizia-me um amigo: neste país convive uma centena de culturas, é um mosaico de culturas, todas respeitadas, ao lado umas das outras; nos Estados Unidos vive-se o *melting pot* de mistura de culturas na panela, e cada um que se arranje. O multiculturalismo, com algumas variantes, defende como soberana a liberdade de expressão para cada parcelazinha de cultura; cada um tem o direito de viver as particularidades da sua cultura e do que ele defende. Tudo é sagrado mesmo as expressões ofensivas para outros grupos. O multiculturalismo tornou-se a ideologia de cada minoria e mini ou microminoria. Teriam o direito e o poder de exigir por todos os meios o respeito por expressões hostis e violências contra as culturas de maiorias. Seria de norma o respeito por todas as expressões de minigrupos que pretendem impor a sua parcelazinha de cultura, seja ela qual for, e ofenda a quem ofenda. A estatística aplicada a um universo de pessoas, distingue modas, normalidade ou comportamentos e características, que englobam percentagens que se aproximam da grande maioria dos 70-80%, e distingue grupos de fronteira e dos extremos que se diziam anormais por estarem fora da norma ou grande maioria, no sentido estatístico. Os extremos, alertavam alguns, podem ter a ver com o conceito de saúde mental; alguns extremistas podem estar afetados de patologias e podem pôr a sua vida ou a dos outros em risco.

Esta abordagem estatística começou a ser mal vista e atentatória dos direitos e liberdade das minorias, por vezes, estatisticamente insignificantes. A bandeira da teoria ideológica do multiculturalismo impusera-se. Tudo é cultura, tudo deve ser aceite, respeitado e ajudado por igual. Surgiram as militâncias fraturantes de pequenos grupos que até falsificavam estatísticas para parecerem mais; impuseram-se e aumentaram os problemas. As

reivindicações de fragmentos culturais, politicamente corretas, recebiam aprovação das ideologias afins e tudo parecia correr bem desde que se evitassem e castigassem as miniculturofobias.

O problema complicou-se ainda mais quando surgiram comportamentos desviados da mediana e da “normalidade” estatística nas áreas da religiosidade ideológica. Aqui-d’el-rei! Alguns já opinavam que era preciso acabar com todas as religiões como um perigo. Esqueciam-se que estavam a atentar contra a cultura de uma extra grande maioria e que em vez de defender o multiculturalismo, a todo o custo, como antes pareciam defender, o atacavam mesmo nas maiorias dos 80%-90%. Outros insistiam que era preciso distinguir os religiosismos desviados de minigrupos pouco significativos das práticas religiosas equilibradas das grandes maiorias. A ideologia do multiculturalismo sem limites, afinal, revelava-se armadilha perigosa numa sociedade ordenada. Ainda nos lembramos das polémicas infundas das escutas, das câmaras de vigilância, do intrometer-se na vida privada, do acesso a informações de *off shores*, *wikileaks*, etc.

Nestes dias na Inglaterra poucos se preocupam com essas polémicas que, note-se, não respeitam o “multiculturalismo” de minigrupos com comportamentos desviados da “norma”. Fica a questão que a sociedade terá que resolver sobre quais as exceções ao multiculturalismo. Tudo é cultura, mas nem toda a cultura pode ser aceite numa sociedade que só funcionará com ordem hierárquica de valores. Presume-se, então, que sempre haverá alguns comportamentos anti sociais e mesmo patológicos que põem a vida própria e alheia em grande risco. Numa palavra, a sociedade não pode aceitar a ideologia do multiculturalismo sem limites; multiculturalismo rima com terrorismo, (agora do Daesh). Os custos são pesadíssimos em sofrimentos e mortes. Os políticos têm que explicar mais claramente as razões de impor limites a comportamentos desviados, anormais e fraturantes, numa palavra, ao multiculturalismo. Se muita coisa está a correr mal é porque se espalharam ventos e agora vieram tempestades e crueldades. Não há ordem social que resista à cultura de falta de consensos no bem e só espalhe destruição e hostilidade. A voz: “eu estou com vocês, não com eles”, pode ser um gesto de amor.

Funchal, 5 de junho de 2017

A PALAVRA DO PAPA

MEDITAÇÃO SOBRE O SOFRIMENTO

As Leituras de hoje falam-nos do Deus da vida, que vence a morte. Analisemos em particular o último dos sinais milagrosos que Jesus realiza antes da sua Páscoa, no sepulcro do seu amigo Lázaro.

Ali tudo parece ter acabado: o túmulo está fechado com uma grande pedra; em volta, unicamente pranto e desespero. Também Jesus está abalado pelo mistério dramático da perda de uma pessoa querida: «Comoveu-se profundamente» e ficou «muito perturbado» (*Jo* 11, 33). Depois «desatou a chorar» (v. 35) e foi ao sepulcro, diz o Evangelho, «mais uma vez profundamente comovido» (v. 38). É assim o coração de Deus: distante do mal mas próximo de quem sofre; não faz desaparecer o mal magicamente, mas compadece-se com o sofrimento, o faz seu e o transforma habitando nele.

Contudo observamos que, no meio da desolação geral pela morte de Lázaro, Jesus não se deixa levar pelo desânimo. Mesmo sofrendo Ele também, pede que se creia firmemente; não se fecha no choro, mas, comovido, põe-se a caminho do sepulcro. Não se deixa capturar pelo ambiente emotivo e resignado que o circunda, mas reza com confiança e diz: «Pai, dou-te graças» (v. 41). Assim, no mistério do sofrimento, face ao qual o pensamento e o progresso colidem como as moscas contra o vidro, Jesus oferece o exemplo de como nos devemos comportar: não evita o sofrimento, que faz parte desta vida, mas também não se deixa aprisionar pelo pessimismo.

Em volta deste sepulcro, acontece portanto um grande *encontro-desencontro*. *Por um lado há a grande desilusão*, a precariedade da nossa vida mortal que, atravessada pela angústia e pela morte, experimenta com frequência a derrota, uma obscuridade interior que parece insuperável. A

nossa alma, criada para a vida, sofre sentindo que a sua sede de bem eterno é oprimida por um mal antigo e obscuro. Por um lado há esta derrota do sepulcro. Mas *por outro há a esperança* que vence a morte e o mal e tem um nome: a esperança chama-se Jesus. Ele não leva um pouco de bem-estar ou algum remédio para prolongar a vida, mas proclama: «*Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá*» (v. 25). Por isso diz decididamente: «*Tirai a pedra!*» (v. 39) e clamou a Lázaro com grande voz: «*Sai!*» (v. 43).

Amados irmãos e irmãs, também nós somos convidados a decidir de que parte estar. Podemos estar *do lado do sepulcro* ou *do lado de Jesus*. Há quem se deixa dominar pela tristeza e quem se abre à esperança. Há quem permanece vítima dos destroços da vida e quem, como vós, com a ajuda de Deus, remove os destroços e reconstrói com esperança paciente.

Face aos grandes «porquês» da vida temos dois percursos: ficar a olhar melancolicamente para os sepulcros de ontem e de hoje, ou deixar que Jesus se aproxime dos nossos sepulcros. Sim, porque cada um de nós já tem um pequeno sepulcro, alguma parte um pouco morta dentro do coração: uma ferida, uma injustiça suportada ou cometida, um rancor que não dá trégua, um remorso que vai e volta, um pecado que não se consegue superar. Encontremos hoje estes nossos pequenos sepulcros que temos dentro e convidemos *para ali* Jesus. É estranho, mas muitas vezes preferimos estar sozinhos nas grutas escuras que temos dentro, em vez de convidar para lá Jesus; somos tentados a procurar sempre a nós próprios, cismando e caindo na angústia, lambendo as nossas chagas, em vez de ir ter com Ele, que diz: «*Vinde a mim, todos vós que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei*» (Mt 11, 28). Não nos deixemos aprisionar pela tentação de permanecer sozinhos e sem confiança a chorar pelo que nos acontece; não cedamos à lógica inútil e inconcludente do medo, a repetir resignados que tudo corre mal e nada é como outrora. Esta é *a atmosfera do sepulcro*; ao contrário, o Senhor deseja abrir o caminho da vida, do encontro com Ele, da confiança n'Ele, da *ressurreição* do coração, o caminho do «*Levanta-te! Levanta-te, sai!*». Eis o que nos pede o Senhor, e Ele está ao nosso lado para o fazer.

Sentimos então dirigidas a cada um de nós as palavras de Jesus a Lázaro: «*Sai!*»; sai do engarrafamento da tristeza sem esperança; desata as ligaduras do medo que impedem o caminho; aos laços das debilidades e das

preocupações que te bloqueiam, repete que Deus desfaz os nós. Seguindo Jesus aprendamos a não atar as nossas vidas em volta dos problemas que se emaranham: haverá sempre problemas, sempre, e quando resolvemos um, imediatamente chega outro. Mas podemos encontrar *uma nova estabilidade*, e esta estabilidade é precisamente Jesus, esta estabilidade chama-se Jesus, que é a ressurreição e a vida: com ele a glória habita o coração, a esperança renasce, o sofrimento transforma-se em paz, o temor em confiança, a provação em oferenda de amor. E mesmo se os pesos não faltarão, haverá sempre a sua mão que alivia, a sua Palavra que encoraja e diz a todos nós, a cada um de nós: «Sai! Vem a mim!». Diz a todos nós: «Não tenhais medo».

Também a nós, hoje como naquela época, Jesus diz: «Tirai a pedra!». Por muito pesado que seja o passado, grande o pecado, muita a vergonha, nunca fechemos a entrada ao Senhor. Tiremos diante dele aquela pedra que impede que Ele entre: este é o tempo favorável para remover os nossos pecados, o nosso apego às vaidades mundanas, o orgulho que nos bloqueia a alma, tantas inimizades entre nós, nas famílias... Este é o momento favorável para remover todas estas coisas.

Visitados e libertados por Jesus, peçamos a graça de ser *testemunhas de vida* neste mundo que dela está sedento, testemunhas que suscitem e ressuscitem a esperança de Deus nos corações cansados e oprimidos pela tristeza. O nosso anúncio é a alegria do Senhor vivo, que ainda hoje diz, como a Ezequiel: «Eis que eu abrirei os vossos sepulcros, e vos farei sair das vossas sepulturas, ó meu povo» (Ez 37, 12).

Visita Pastoral do Papa Francisco a CARPI e MIRANDOLA
HOMILIA do **SANTO PADRE** em **CARPI** – V Domingo de Quaresma,
2 de Abril de 2017

PARA PENSAR**O QUE SALVA**

O que salva não é o saber do teólogo !

O que salva não é a palavra do sacerdote!

O que salva não é o conhecimento do filósofo!

O que salva não é a promessa ou a obra do político!

O que salva não é o conselho do economista!

O que salva não é a descoberta do cientista!

O que salva não é a decisão do gestor!

O que salva não é a análise do sociólogo!

O que salva não é o trabalho do médico!

O que verdadeiramente salva é a experiência profunda e gratificante de ser amado pelo nosso Deus Trindade!

Amen.

Porto, 6 de Junho de 2015

Carlos Alberto da Rocha

CARTA DO PRESIDENTE

No passado dia 27 de Maio de 2017, em Fátima, foi eleita, em conselho nacional, a nova direção. Escrevo o presente texto, cumprindo a tradição de enviar uma mensagem a todos os membros da nossa Associação.

Todos os períodos da história do Homem e da Igreja têm os seus problemas e crises. Vivemos atualmente numa sociedade de consumo que valoriza o temporário: tudo tem um valor transitório, não existindo escolhas definitivas. Podemos assim compreender a enorme crise vivida na família, traduzida pelo elevado número de casamentos que se desfazem e pela enorme taxa de divórcios observada entre nós nos últimos anos. A desvalorização da sacralidade da vida humana, designadamente através da discussão da possibilidade de legalização da eutanásia no nosso país, é outro sinal preocupante que existe atualmente na nossa sociedade.

O crescimento da dimensão ateizante da cultura contemporânea e o desaparecimento de Deus na nossa sociedade obriga a uma nova evangelização. Como afirmou o Papa Emérito Bento XVI, “Vivemos um ditadura do relativismo, que não reconhece coisa alguma como definitiva, e propõe como medida última o próprio eu e os seus caprichos”¹.

No tempo atual, é um desafio para qualquer cristão dar testemunho do amor eterno de Deus, acolhendo a transformação que esse amor conduz nas nossas vidas, inclusive na vida profissional. Os médicos têm uma posição privilegiada, já que acolhem, aliviam e tratam o sofrimento humano. A relação que se estabelece com o “outro fragilizado” é uma oportunidade

¹ Bento XVI (Cardeal Ratzinger), Homilia proferida durante a *Missa pro eligendo Romano pontífice*, celebrada 1 8 de Abril de 2005.

para testemunharmos a nossa Fé, transmitindo esperança e conforto a todos aqueles que nos pedem auxílio.

A oportunidade de fazer o bem, e de colocar em prática o Evangelho, é renovada não apenas em cada ato médico, mas também em cada palavra, em cada olhar, em cada silêncio cúmplice de entrega que se estabelece com os nossos doentes. Pese embora este seja um esforço individual, a possibilidade de sentirmos que pertencemos à Igreja, e que estamos juntos nesta Associação, dá-nos uma nova força e esperança. Deste modo, estamos apenas a cumprir e a atualizar aquilo que foi feito pelos primeiros cristãos, quando se juntavam para rezar, celebrar a eucaristia, partindo de seguida, mais fortalecidos, para o mundo anunciar a Boa Nova. Afinal, foi o que aconteceu no passado dia 27 em Fátima, na peregrinação do mundo da saúde. Espero que esses momentos de união e de oração se repitam com frequência nos próximos tempos, quer a nível dos núcleos diocesanos quer ao nível da direção nacional.

Gostaria de expressar uma palavra de agradecimento pelo ótimo trabalho desenvolvido pela última direção nacional, presidida pelo Dr. Carlos Martins da Rocha. Em nome da atual direção nacional, peço a ajuda de todos para sermos fiéis à nossa missão e crescermos juntos na Fé; esperando que essa Fé, que nos une, possa dar muitos frutos nos próximos anos.

Pedro Afonso

DESPEDIDA

Aos Associados da AMCP

Caríssimas (os) amigas(os)

No passado dia 27 de Maio em Fátima, em reunião do conselho nacional da nossa Associação , passei o testemunho de presidente da AMCP ao nosso colega Pedro Afonso, médico psiquiatra em Lisboa.

Fi-lo de consciência tranquila, pois creio que servi a nossa Associação o melhor que soube e pude e, por isso, deixo a presidência consciente do dever cumprido.

E fi-lo agradecido.

Agradecido, em primeiro lugar, ao nosso Deus Uno e Trino a que nós médicos católicos nos consagramos durante este mandato e Àquela que é Filha, Mãe e Esposa de Deus e que nos protege no Seu Imaculado Coração!

Agradecido aos Bispos Portugueses e, em especial , a D. Manuel Clemente e a D. António Francisco dos Santos, pelo apoio que deles sempre recebi.

Agradecido aos antigos presidentes da AMCP que sempre me apoiaram e, de um modo particular, aos meus amigos Profs Walter Osswald e Laureano dos Santos, ambos com uma disponibilidade inexcelável para o serviço à AMCP.

Agradecido a todos os sócios, em especial aos que colaboraram e participaram nas actividades da direcção cessante, aos que mantiveram viva a AMCP nas suas dioceses e aos que criaram novos núcleos durante o meu mandato.

Agradecido, por fim, a todos os meus colegas de direcção, excepcionais no seu empenho entusiasmado na vida da Associação e com quem constituí um grupo unido, coeso e amigo.

Termino as minhas funções com a convicção que deixo a presidência no momento certo e que a entrego a alguém que liderará uma direcção em quem confio plenamente e para a qual peço a oração de todos nós.

Porto, 5 de Junho de 2017

Carlos Alberto da Rocha



NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

DEFINIÇÃO DE MATRIMÓNIO

A iniciativa popular europeia *Mum, Dad & Kids* (Papá, Mamã e Filhos) conseguiu reunir um milhão de assinaturas, segundo afirmam os seus organizadores. Assim, um milhão de europeus pedem que a definição de casamento e de família seja incluída no Direito Primário da União Europeia e nos seus Tratados.

Foi a primeira vez que as organizações pro-família se organizaram em escala internacional na União Europeia, sublinhou a *Agenda Europe*.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, numa sentença dada em Novembro de 2016, estabeleceu que definir o casamento como união entre um homem e uma mulher não era discriminação e ainda que nenhum estado membro da União está obrigado a redefinir a instituição do matrimónio para se adaptar à realidade das uniões de pares do mesmo sexo.

A Iniciativa de Cidadãos Europeus – ECI nas siglas em língua inglesa – é um mecanismo de participação previsto no Tratado da União e equivalente às iniciativas legislativas populares, ou seja, ao direito de petição nos sistemas democráticos.

A Comissão Europeia, que tem sido abertamente hostil à iniciativa *Mum, Dad & Kids*, e que, de acordo com os organizadores, tem levantado toda a espécie de obstáculos, terá agora de tomar uma atitude clara – ou a aceita ou a recusa mas com fundamentos. Tudo aponta para uma recusa sem explicações razoáveis, tal com fez com a iniciativa pro-vida *One of Us* (Um de Nós).

Apesar de tudo, ficará bem vincada uma realidade que nem o poderoso Colégio de Comissários poderá sustentar – o nascimento e afirmação de uma corrente cada vez mais forte de cidadãos europeus a favor da Família e do direito à vida. Se a União Europeia quer ser, verdadeiramente, o reflexo

dos valores democráticos e dos direitos humanos, terá que começar a contar com estes europeus em vez de os tratar como cidadãos de segunda classe.

SEXO LIVRE NA CATALUNHA

Dois Hospitais da Catalunha, o Hospital Clínico e o Vall d’Hebron, começaram a estudar o impacto na saúde de um comportamento chamado *chemsex* – sexo químico.

O jornal diário espanhol *El País* conta que estes dois hospitais se encontram em situação de “alerta” em face do aumento súbito do número de casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) associado ao aumento do consumo de drogas. O *chemsex* consiste na prática sexual durante dias seguidos, em geral em grupo, consumindo ao mesmo tempo diferentes tipos de drogas.

Os especialistas já alertaram para os graves riscos deste tipo de comportamento, refere *El País*. O mesmo diário informa que esta prática é mais frequente entre grupos de homens que praticam os actos sexuais com homens.

As estatísticas de DST na Catalunha estão há anos sem controlo. De acordo com o Sistema de Vigilância Epidemiológica da Generalitat, com dados actualizados até 2015, aumentaram todas as infecções declaradas, em parte porque melhorou a sua detecção e registo, e em parte por alterações no comportamento sexual, que facilitam a transmissão das doenças.

Isto que é um facto na Catalunha é igualmente verdade no resto de Espanha: os casos de sífilis na Catalunha multiplicaram-se em poucos anos. A gonorreia passou de 5 a 6 casos por cada 100.000 habitantes, para 25 casos. Surgiram ainda doenças quase desconhecidas, como o linfogranuloma venéreo. Os contágios em VIH têm descido em todos os grupos excepto entre os homens que têm relações com outros homens.

Os médicos têm deixado as campanhas de informação e prevenção nas mãos de organizações não estatais. O resultado é fugirem de todas as palavras que possam ser consideradas “moralistas”. Como exemplo, uma delas chamada *Barcelona Checkpoint*, começa logo por chamar a atenção para as atitudes moralistas. “*Hay que ayudar, no juzgar*” repete a torto e a direito. Como regra não moralista, estimulam os jovens a praticarem o

“sexo seguro”, hipersexualizam as crianças desde a primária, prometem um prazer sem responsabilidade, ridicularizam a fidelidade ou o compromisso e que não há limites para nada. Trata-se de uma verdadeira e estrita “moral da imoralidade”.

A ninguém passa pela cabeça organizar um Plano Nacional de Prevenção da Dependência de Drogas “amoral” – sempre sem colocar o dilema de ser responsável ou não, porque qualquer consumo, mesmo mínimo, é uma prática de risco.

Como também ninguém fará uma campanha de prevenção do tabagismo, estimulando os fumadores a fumarem de forma mais segura, isto é, com filtro! Seria assim: «Fuma à vontade mas... com filtro!».

Em contraste, a chamada política progressista há anos que prescreve na televisão e nas escolas, com insistência, o acto sexual desde muito cedo como forma normal de relação... mas com preservativo, o tal “sexo seguro”, assim como seria o uso de tabaco com o uso “seguro”, ou da droga em consumo “seguro”. «*Diverte-te à vontade... mas com preservativo*» era o estímulo progressista de grandes “outdoors” afixados um pouco por todo o País. Esta é a “pedagogia” do preservativo a que chamam *educação sexual*. E começa cedo, muito cedo, antes que outros credos possam influenciar e perturbar a *formatação sexual das crianças*. Os resultados sanitários estão à vista – não apenas físicos, mas também psíquicos e comportamentais.

(parcialmente in «Actual, 06/06/2017»)

NOVA DIRECÇÃO DA AMCP

No dia 27 de Maio passado foi eleita a nova Direcção Nacional da Associação dos Médicos Católicos Portugueses, em reunião do Conselho Nacional reunido em Fátima. A direcção ficou assim constituída:

Presidente – Pedro Afonso

Vice-Presidente – José Diogo Martins

Secretário – Luis Mascarenhas

Tesoureiro – Catarina Callé Mendes

**Vogais – Margarida Neto
João Paulo Malta
Teresa Souto Moura**

Assistente – P. Miguel Cabral

A Direcção de «Acção Médica» saúda com amizade a nova Direcção invocando as bênçãos de Deus para o trabalho que vão iniciar.

NOVO NÚCLEO DA AMCP – SANTARÉM

Nasceu em Santarém um novo núcleo da nossa Associação. A Direcção, já confirmada, ficou com a constituição seguinte, a quem desejamos os maiores êxitos:

Presidente – Eva Marona Castro Palha

Vice-Presidente – João Pedro Soares Ferreira

Secretária – Sónia Alexandra Marques Cardoso

Tesoureira – Ana Elizett Almeida Rocha

Vogais – José Francisco Santos Lino
Miguel Filipe Brites Moita

Assistente Espiritual – Pe. Cláudio Jorge Nunes Rodrigues

«ACÇÃO MÉDICA» HÁ 50 ANOS

José de Paiva Boléo abre as páginas da nossa revista com um editorial sobre Fátima e os médicos católicos, a propósito da visita de Paulo VI ao santuário mariano. Começa por lembrar (facto provavelmente desconhecido da maioria dos nossos associados) que foi na sequência de um retiro organizado em 1930 por alguns, poucos, médicos católicos em Fátima, que se resolveu reavivar a Associação dos Médicos Católicos Portugueses, fundada em 1915 mas entretanto “adormecida” (sic). Com o apoio do Cardeal Cerejeira refundou-se a AMCP, sendo seu primeiro Director o Professor Melo Breyner. Em 1936, surgia o primeiro número da nossa revista, hoje a revista médica nacional com vida mais longa. Lembra o Dr. Paiva Boléo a consagração dos médicos ao Imaculado Coração de Maria, que teve lugar em Fátima, na conclusão do III Congresso Internacional dos Médicos Católicos (Lisboa, 1947). Acrescenta a presença activa dos médicos da AMCP na assistência médica prestada aos peregrinos e isto desde a fundação do modesto Posto Clínico de Fátima. Colaboração que continua hoje em dia e foi reforçada durante as visitas papais, tal como notável é o facto de o 6º Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos (FEAMC), um dos mais notáveis e concorridos, se ter realizado em Fátima (1984).

As “Razões porque S.S. Paulo VI veio a Fátima” constituem um apanhado das razões invocadas, em diversas ocasiões, pelo próprio Papa. (resposta a convite insistente dos Bispos portugueses, desejo de peregrinar, oração pela paz). Como é sabido, a visita papal não foi bem acolhida pelo regime de então, dado que Paulo VI reconhecia a legitimidade das pretensões dos povos africanos à independência e recebera, em audiência privada, os chefes dos movimentos independentistas das colónias (ou Ultramar, na versão oficial) que o nosso governo considerava serem meros terroristas. Segue-se um resumo de uma comunicação de Paulo VI ao IX Congresso Italiano de Fonética, Foniatria e Audiologia, sem interesse especial; e um trabalho de Paiva Boléo-Tomé, actual director da nossa revista, acerca de “medicina e vida sexual”. Poderia pensar-se que se trata de texto obsoleto, datado em excesso, conservador em excesso; mas não, a justeza das análises, o equilíbrio das propostas e a abertura de espírito manifestada concedem actualidade às considerações então exaradas. De facto, dizer que

falar de sexualidade só faz sentido se se falar de amor, e que referir-se o corpo e o prazer exige a menção do espirito e da dádiva, é de toda a actualidade, como actual continua a ser a observação de que “ a alegria completa da união carnal é um factor base da união de toda a vida conjugal” e que a falta de harmonia sexual está na base de muitas desavenças conjugais.

“Um abrantino ilustre – Manuel Constâncio, o “ pai da anatomia” em Portugal é o título de um extenso estudo de A. De Sousa Oliveira (médico radiologista do Porto) sobre esta figura inovadora e prestigiada da medicina setecentista.

António Acácio Nunes da Silva é o autor de um interessante ensaio sobre “ O espírito e a forma na arquitectura religiosa”, com especial destaque para a arte românica portuguesa, exemplificada nas monumentais Sés de Coimbra, Porto e Lisboa, na abacial de Alcobça e em S. João de Alporão (Santarém).

Uma carta do observador da Santa Sé junto na OMS em Genebra, instando a que se não tirem conclusões precipitadas acerca da posição da Igreja Católica em matéria de planeamento familiar e um breve dossier sobre uma Semana de Estudo para Superiores e Casas de Assistência a Idosos, organizada pela Federação dos Institutos Religiosos Femininos bem mereciam mais detida análise, pelo seu interesse e significado. Não sendo possível maior destaque, aqui fica menção e a chamada de atenção.

Walter Osswald

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXX, Nº 2, Junho 2017

RESUMOS

- ABERTURA:** Alexandre Laureano Santos 5
 Nas últimas semanas ocorreram no nosso país uma sucessão de trágicos acontecimentos com perdas de muitas vidas humanas em condições particularmente dolorosas e uma destruição maciça de bens fundamentais à vida. Seguramente nos próximos tempos irão coincidir as circunstâncias da natureza e os desconcertos dos homens que contribuíram para estes trágicos acontecimentos. É preciso mobilizar o engenho e as capacidades para evitar as tragédias que são previsíveis e evitáveis. As palavras do Papa Francisco incitam-nos “...*não nos deixemos aprisionar pela tentação de permanecer passivos, sozinhos e sem confiança apesar da imensa amargura pelo que nos acontece*”.
- Bioética versus antropologia:** Bernard Ars 7
 O mundo actual não está em crise – está em mutação. Mas, para participar positivamente nesta mutação é necessário libertarmo-nos do imperialismo do presente que anula o passado e esconde ou nega o futuro. As sociedades contemporâneas não passam de fábricas de actores, em que as tecnologias se sobrepõem em todos os momentos da vida humana. Não há limites. É a altura de reconhecer que esta falta de sentido último impõe a necessidade absoluta da Ética.
- A relação humana:** J. Boléo-Tomé 13
 É na relação que o ser humano se realiza marcando o seu lugar na História. Assim, é útil e mesmo necessário conhecer e estudar esta relação nas duas perspectivas que a definem – a Ciência e a Ética. As sociedades humanas são o que forem os seus membros: os comportamentos, as ideologias, a própria maneira de estar definem o conjunto de relações humanas num dado momento e circunstância. Por isso serão abordados sucessivamente, em duas partes iniciais, o significado e conteúdo da ciência e da ética, as palavras e os actos na vida de relação e a sua perspectiva socio-política.
- A doutrina social da Igreja:** Pedro Vaz Patto 49
 A doutrina social da Igreja não é um conjunto de receitas e muito menos um programa de governo. Assenta em princípios a partir dos quais podem surgir propostas concretas. São eles: o *princípio da centralidade da pessoa humana* – o ser humano é o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais; o *princípio do bem comum* e o *princípio da solidariedade*, formando a comunidade política responsável e saudável; o *princípio da subsidiariedade* – todas as sociedades devem colocar-se em posição de ajuda. Seguindo estes princípios os grupos humanos deveriam transformar-se numa autêntica Doutrina Social em movimento.

Multiculturalismo: Aires Gameiro	65
O multiculturalismo defende como soberana a liberdade de expressão para cada parcelazinha de cultura; esta é a ideologia de cada minoria ou micro-minoria. A estatística, que números e percentagens, passou a ser malvista e atentatória dos direitos e liberdades das minorias. Surgiram assim militâncias de pequenos grupos, capazes de tudo para impor a sua “microcultura”, conseguindo mesmo alterar legislações a seu favor. Assim surgiu, por exemplo, a campanha, que continua, para acabar com a “religiosidade” (entenda-se «cristianismo»), exposta ou não. Isto significa a destruição de qualquer ordem social, obrigando povos inteiros a adoptar ou aceitar comportamentos bem diferentes de toda a sua tradição cultural. A sociedade não pode aceitar a ideologia do multiculturalismo sem limites.	
APALAVRA DO PAPA	67
Numa homilia em Carpi, a propósito da figura de Lázaro, o Papa Francisco faz uma meditação sobre o sofrimento.	
PARAPENSAR: «O quesalva » - Carlos A. Rocha	71
Pensamentos para guardar	
CARTADO PRESIDENTE	73
Carta de saudação do novo Presidente da A.M.C.P., Pedro Afonso, dirigida aos associados	
DESPEDIDA	75
Mensagem de despedida do Presidente cessante, Carlos Alberto Rocha	
NOTÍCIA SE COMENTÁRIOS	77
<ul style="list-style-type: none"> • Definição de Matrimónio (dá-se conta da Iniciativa de Cidadãos Europeus designada por «Mum, Dad & Kids»); • Sexo livre na Catalunha (notícia sobre o alarme sanitário causado pela divulgação e prática do <i>Chemsex</i>); • Nova Direcção Nacional da AMCP; • Novo núcleo da Associação em Santarém; • «Acção Médica» há 50 anos – Walter Osswald. 	
RESUMOS	85

ACÇÃO MÉDICA

YEAR LXXX, No. 2, June 2017

ABSTRACTS

OPENING ADDRESS: Alexandre Laureano Santos 5

In recent weeks, there have been in our country a succession of tragic events with the loss of many human lives in particularly painful conditions and a massive destruction of fundamental goods. Surely soon there will be a match of the circumstances of nature and the bewilderment of the men who contributed to these tragic events. We need to mobilise the ingenuity and skills to avoid the tragedies that are predictable and preventable. The words of Pope Francis incite us ‘...*let us not be imprisoned by the temptation to remain passive, alone and without confidence, despite the immense bitterness of what happens to us*’.

Bioethics versus anthropology: Bernard Ars 7

The world today is not in crisis – it is changing. But, to participate positively in this change, it is necessary to liberate ourselves from the imperialism of the present that annuls the past and hides or denies the future. Contemporary societies are nothing more than factories of actors, where technologies overlap at every point in human life. There are no limits. It is time to acknowledge that this lack of ultimate meaning imposes the absolute necessity of Ethics.

The human relationship: J. Boléo-Tomé 13

It is in the relationship that the human being is fulfilled making his place in History. Thus, it is useful and even necessary to know and study this relationship in the two perspectives that define it – Science and Ethics. Human societies are what their members are: behaviours, ideologies, the very way of being define the set of human relationships at a given moment and circumstance. Therefore, in two initial parts, the meaning and content of science and ethics, words and actions in the life of relationship and their socio-political perspective will be addressed in turn.

The social doctrine of the Church: Pedro Vaz Patto 49

The social doctrine of the Church is not a set of recipes and much less a government programme. It is based on principles from which concrete proposals can arise. They are: *the principle of the centrality of the human person* – the human being is the principle, the subject and the end of all social institutions; *the principle of the common good* and *the principle of solidarity*, forming the responsible and healthy political community; *the principle of subsidiarity* – all societies should be placed in a position of help. Following these principles, the human groups should become an authentic Social Doctrine in movement.

Multiculturalism: Aires Gameiro	65
Multiculturalism defends as sovereign the freedom of expression for each little part of culture; this is the ideology of every minority or micro-minority. Statistics, which uses numbers and percentages, became frowned upon and threatening of the rights and freedoms of minorities. In this way, small militant groups appeared, able to do anything to impose their ‘microculture’, even succeeding in changing legislation in their favour. Thus appeared, for example, the campaign, which continues, to end ‘religiousness’ (meaning ‘Christianity’), exposed or not. This means the destruction of any social order, forcing entire peoples to adopt or accept behaviours quite different from their entire cultural tradition. Society cannot accept the ideology of multiculturalism without limits.	
THE WORD OF THE POPE	67
In a homily in Carpi, about the figure of Lazarus, Pope Francis makes a meditation on suffering.	
TO THINK: ‘ What saves ’ - Carlos A. Rocha	71
Thoughts to keep	
LETTER FROM THE PRESIDENT	73
Letter of greeting from the new President of the A.M.C.P., Pedro Afonso, addressed to the members	
FAREWELL.....	75
Farewell message from the outgoing President, Carlos Alberto Rocha	
NEWS AND COMMENTS	77
• Definition of Marriage (account of the European Citizens’ Initiative known as ‘Mum, Dad & Kids’); • Free sex in Catalonia (news about the health alarm caused by the spread and practice of <i>Chemsex</i>); • New National Directorate of AMCP ; • New centre of the Association in Santarém ; • ‘Acção Médica’ 50 years ago – Walter Osswald.	
ABSTRACTS	87

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- Dr. Carlos Eugénio dos Santos Sarmento | Angra
- Dr. João Paulo Azenha Pina | Angra
- Dr. Luis Mendes Cabral | Angra
- Dra. Maria de Castro Horta Lopes | Angra
- Dra. Maria Luísa da Graça Teixeira de Almeida Gomes | Angra
- Dra. Paula Cristina Costa Gonçalves | Angra
- Dra. Rute Margarida de Sousa Garcia do Couto | Angra
- Dra. Ana Margarida Viola Sotero | Beja
- Dr. António Calisto Tavares Vieira | Guarda
- Dra. Lucinda de Jesus Mendes Félix Vieira | Guarda
- Dr. António Maria Melo Ribeiro da Veiga Teixeira | Lisboa
- Dra . Catarina Callé Lucas Mendes | Lisboa
- Dra . Joana Filipa da Silva Oliveira | Lisboa
- Dr. José Diogo Ramalho Ortigão Ferreira Martins | Lisboa
- Dra Maria Catarina Pimenta Pizarro Magalhães Damásio dos Reis | Lisboa
- Dra. Maria de Lurdes Gonçalves Castro | Lisboa
- Dra. Maria Teresa Siqueira de Carvalho Souto Moura Cunha Ferreira | Lisboa
- Dra. Sílvia Sofia Dinis Cardoso Marques Afonso | Lisboa
- Dr. José António Segurado Seoane | Portalegre – Castelo Branco
- Dra. Helena Nunes Alves da Silva | Porto
- Dra. Inês Cardoso dos Santos Pinto de Sousa | Porto*
- Dra. Maria da Luz de Novaes Pimenta Teixeira de Carvalho Perry Vidal | Porto
- Dra. Ana Elizett Almeida Rocha | Santarém
- Dr. José Francisco Bastos Ventura dos Santos Lino | Santarém
- Dr. Miguel Filipe Martins Brites Moita | Santarém
- Dra. Sónia Alexandra Marques Cardoso | Santarém
- Dr. Raimundo Manuel Sanches Teixeira | Vila Real*

* - Sócio Estudante

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados:

- Dr. António de Araújo Pereira Pinto | Porto

